

CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1645 - Tel. (0195) 61-2681 - FAX: 61-2811
Estado de São Paulo

04/5

PROJETO DE LEI Nº 34/96

"Dispõe sobre os serviços de medição de pressão arterial nas farmácias e drogarias ' do Município".

A CÂMARA MUNICIPAL APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º) - As farmácias e drogarias localizadas no Município, poderão manter serviços de medição de pressão arterial.

Artigo 2º) - Nos serviços de medição de pressão arterial, somente poderão ser utilizados aparelhos autorizados, aprovados ou homologados pela autoridade competente.

Artigo 3º) - Os serviços de medição de pressão arterial e as possíveis consequências desenvolvidas da prática dos mesmos, será de responsabilidade dos proprietários e/ou farmacêuticos devidamente registrados.

Artigo 4º) - As despesas decorrentes com a execução da presente lei, correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

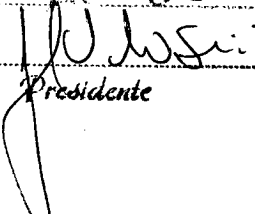
Artigo 5º) - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pirassununga, 06 de Maio de 1996.


Hamilton Campolina

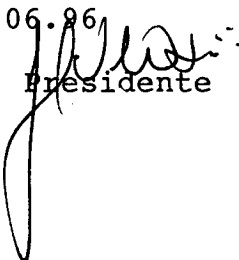
Vereador

A Comissão de Justiça, Legislação e
Redação, para dar parecer.
Sala das Sessões da C. M. de
Pirassununga, 07 de 05 de 1996

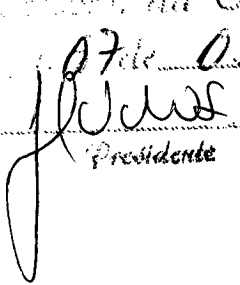

Presidente

Retirado da pauta dos trabalhos
ante a ausência de pareceres das
respectivas comissões.

Pi. 04.06.96


Presidente

A Comissão de Finanças, Orçamento e
Despesa, para dar parecer.
Sala das Sessões da C. M. de
Pirassununga, 07 de 05 de 1996


Presidente

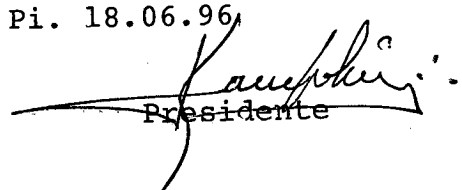
Retirado da pauta dos trabalhos
ante a ausência de pareceres das
respectivas comissões.

Pi. 11.06.96


Presidente

Deferido Pedido de
retirada pelo autor
(Parecer contrário)

Pi. 18.06.96


Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1645 - Tel. (0195) 61-2681 - FAX: 61-2811
Estado de São Paulo

J U S T I F I C A T I V A

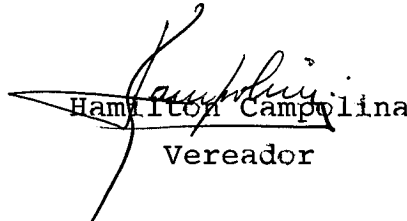
Trata-se de Projeto de Lei de grande alcance social, pois as farmácias e drogarias são normalmente os pontos de apoio mais próximos que a população encontra para os primeiros socorros.

As farmácias e drogarias necessitam de recursos imediatos para prestação de primeiros socorros. As pessoas notadamente os hipertensos necessitam de fazer controle ou medição de pressão, são obrigados a se deslocarem para clínicas médicas particulares que cobram por paciente, para fazerem uma medição de pressão, fazendo com que os pacientes notadamente os mais pobres, se privem de tal atendimento. No caso dos pacientes procurarem Instituições Públicas, na maioria das vezes esbarra na falta de recurso ou tempo exagerado de espera, apesar do paciente muitas vezes estar em crise.

Estes serviços prestados pelas farmácias e drogarias serão realizados de forma mais rápida, mais próxima dos necessários e conseqüentemente, mais eficaz.

Ressalta-se que as farmácias e drogarias trabalham dentro de princípios de higiene e segurança, podendo realizar tais serviços a custo mais acessível para seus clientes.

Pirassununga, 06 de Maio de 1996.


Hamilton Campolina
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1645 - Tel. (0195) 61-2681 - FAX: 61-2811
Estado de São Paulo

03
/

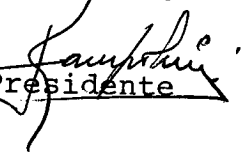
EMENDA Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 31/96

AUTORIA: Hamilton Campolina

Prejudicada

Pi. 18.06.96


Presidente

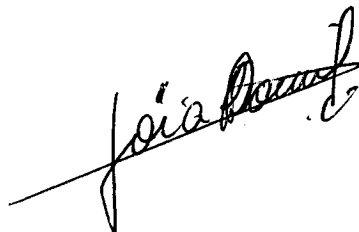
Fica suprimido o artigo 4º.

JUSTIFICATIVA:

Não se imiscuindo no mérito ou no tocante a parte legal do referi do projeto de lei, esta Comissão entende que não haver despesas com a execução da lei.

Sala das Comissões, 04 de Junho de 1996.

Comissão de Finanças





CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1645 - Tel. (0195) 61-2681 - FAX: 61-2811
Estado de São Paulo

04

PARECER Nº

COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

Esta Comissão, examinando o Projeto de Lei nº 31/96, de autoria do Vereador Hamilton Campolina, que dispõe sobre os serviços de medição de pressão arterial nas farmácias e drogarias do Município, nada tem a opor quanto seu aspecto legal e constitucional.

Sala das Comissões, 07/MAIO/1996.

Sebastião Angelo Tognolli
Presidente

Edgar Saggioratto
Relator


Hamilton Campolina

Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1645 - Tel. (0195) 61-2681 - FAX: 61-2811
Estado de São Paulo

OS
de

PARECER Nº

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E LAVOURA

Esta Comissão, examinando o Projeto de Lei nº 31/96, de autoria do Vereador Hamilton Campolina, que dispõe sobre os serviços de medição de pressão arterial nas farmácias e drogarias do Município, nada tem a objetar quanto seu aspecto financeiro, desde que suprimido o artigo 4º.

Salá das Comissões, 07/MAIO/1996.

Celso Sinotti

Presidente

Roberto Bruno

Relator

Jorge Luis Lourenço

Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1645 - Tel. (0195) 61-2681 - FAX: 61-2811
Estado de São Paulo

PARECER

Nº _____

COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

Esta Comissão, analisando os termos do Projeto de Lei nº 31/96, de autoria do Vereador ' HAMILTON CAMPOLINA, que dispõe sobre os serviços de medição de pressão arterial nas farmácias e drogarias, apresenta parecer objetando o seguinte:

Tenciona a propositura na autorização de farmácias e drogarias manter serviços de medição de pressão arterial.

A apresentação cingiu-se ao aspecto legal vedante, Decreto Estadual nº 12.479 de 18.10.1978 que assim dispõe:

art. 30.

É permitido às farmácias e drogarias exercer o comércio de determinados correlatos, como aparelhos e acessórios usados para fins terapêuticos ou de correção estética, produtos utilizados para fins de diagnósticos e analíticos, de higiene '

DECRETO N. 12.473 — DE 18 DE OUTUBRO DE 1978

Autoriza o Instituto Florestal (órgão da Secretaria da Agricultura) a promover vendas de mudas de essências ornamentais aos sábados, domingos, feriados e férias facultativos e a estabelecer o horário de trabalho dos servidores necessários ao atendimento do serviço nesses dias

Paulo Egydio Martins, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, decreta:

Art. 1º A fim de atender a conveniência ou a necessidade do serviço, fica o Instituto Florestal da Coordenadoria da Pesquisa de Recursos Naturais da Secretaria da Agricultura autorizado a promover a venda de mudas de essências ornamentais aos sábados, domingos, feriados e dias facultativos.

Art. 2º Para atender a esse encargo o Coordenador da Pesquisa de Recursos Naturais, mediante proposta do Diretor-Geral do Instituto Florestal, estabelecerá os horários dos servidores em jornada completa de trabalho, sujeitos à prestação de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, convocando-os de acordo com as necessidades.

Art. 3º A jornada diária de trabalho efetivo, referida no artigo anterior, será, obrigatoriamente, de 8 (oito) horas, cumprida sempre que possível e conveniente, em 2 (dois) períodos e assegurado entre um e outro, intervalo de, no mínimo, uma hora para refeição e descanso.

Art. 4º Por motivo de serviço poderá ser ultrapassado o número de horas de trabalho fixado, sendo o tempo excedente anotado com a finalidade de permitir compensação.

Parágrafo único. O tempo excedente só será computado quando o servidor prestar mais de 30 (trinta) minutos além da jornada diária prevista, e a seguir, apenas serão considerados os quartos de hora completados.

Art. 5º Quando o número de horas excedentes completar 8 (oito) horas, o servidor fará jus a 1 (um) dia de folga a ser concedido, oportunamente, pela autoridade competente, cientificado o órgão pessoal respectivo.

Art. 6º Para a consecução da medida, deverá ser adotado o sistema de escalariodizio, mantida a obrigatoriedade da prestação de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho.

Art. 7º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paulo Egydio Martins — Governador do Estado.

DECRETO N. 12.479 — DE 18 DE OUTUBRO DE 1978

Aprova Norma Técnica Especial Relativa às Condições de Funcionamento dos Estabelecimentos sob Responsabilidade de Médicos, Dentistas, Farmacêuticos, Químicos e outros Titulares de Profissões afins

Paulo Egydio Martins, Governador do Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Norma Técnica Especial Relativa às Condições de Funcionamento dos Estabelecimentos sob a Responsabilidade de Médicos, Dentistas, Farmacêuticos, Químicos e outros Titulares de Profissões afins, anexa a este Decreto, que complementa o Decreto n. 12.342 (1), de 27 de setembro de 1978.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 1979.

Paulo Egydio Martins — Governador do Estado.

(1) Leg. Est., 1978, pág. 741.

NORMA TÉCNICA ESPECIAL RELATIVA AS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS SOB RESPONSABILIDADE DE MÉDICOS, DENTISTAS, FARMACÊUTICOS, QUÍMICOS E OUTROS TITULARES DE PROFISSÕES AFINS

TÍTULO I

Definições

Art. 1º Para os efeitos desta Norma Técnica Especial, considera-se:

I — Droga: substância ou matéria-prima que tenha finalidade medicamentosa ou sanitária;

II — Medicamento: produto farmacêutico, tecnicamente obtido ou elaborado, com finalidade profilática, curativa, paliativa ou para fins de diagnóstico;

III — Insumo Farmacêutico: droga ou matéria-prima aditiva ou complementar de qualquer natureza, destinada a emprego em medicamentos, quando for o caso, ou em seus recipientes;

IV — Correlato: substância, produto, aparelho ou acessório não enquadrado nos conceitos anteriores, cujo uso ou aplicação esteja ligado à defesa ou proteção da saúde individual ou coletiva, à higiene pessoal ou de ambientes, ou a fins diagnósticos e analíticos, os cosméticos e perfumes, e, ainda, os produtos dietéticos, óticos, de acústica médica, odontológicos e veterinários;

V — Produto Dietético: o tecnicamente elaborado para atender às necessidades dietéticas de pessoas em condições fisiológicas especiais;

VI — Nutrimento: substância constituinte dos alimentos de valor nutricional, incluindo proteínas, gorduras, hidratos de carbono, água, elementos minerais e vitaminas;

VII — Produto de Higiene: o de uso externo, antisséptico ou não, destinado ao asseio ou à desinfecção corporal, compreendendo os sabonetes, xampus, dentífricos, enxagüatórios bucais, antiperspirantes, desodorantes, produtos para barbear e após o barbear, estípticos e outros;

VIII — Perfume: o produto de composição aromática à base de substâncias naturais ou sintéticas, que em concentração e veículos apropriados, tenha como principal finalidade a odorização de pessoas ou ambientes, incluídos os extratos, as águas perfumadas, os perfumes cremosos, preparados para banhos e os odorizantes de ambientes, apresentados em forma líquida, geleificada, pastosa ou sólida;

IX — Cosmético: o produto de uso externo, destinado à proteção ou ao embelezamento das diferentes partes do corpo, tais como pós faciais, talcos, cremes de beleza, cremes para as mãos e similares, máscaras faciais, loções de beleza, soluções leitosas, cremosas e adstringentes, loções para as mãos, bases de maquiagem e óleos cosméticos, «blushes», batons, lápis labiais, preparados anti-solares, bronzeadores e simulatórios, rímeis, sombras, delineadores, tinturas e capilares, agentes clareadores de cabelos, fixadores, laqués, brilhantinas e similares, tônicos capilares, depilatórios ou epilatórios, preparados para unhas e outros;

X — Saneantes Domissanitários: substância ou preparação destinada à higienização, desinfecção ou desinfestação domiciliar, em ambientes coletivos ou públicos, em lugares de uso comum e no tratamento da água, compreendendo:

a) inseticida — destinado ao combate, à preparação e ao controle dos insetos em habitações, recintos e lugares de uso público e suas cercanias;

b) raticida — destinado ao combate a ratos, camundongos e outros roedores, em domicílios, embarcações, recintos e lugares de uso público, contendo substâncias ativas, isoladas ou em associação, que não ofereçam risco à vida ou à saúde do homem e dos animais úteis, de sangue quente, quando aplicado em conformidade com as recomendações contidas em sua apresentação;

c) desinfetante — destinado a destruir, indiscriminada e seletivamente, microorganismos, quando aplicado em objetos inanimados ou ambientes;

d) detergente — destinado a dissolver gorduras e à higiene de recipientes e utensílios e à aplicação de uso doméstico.

XI — Corante: a substância adicionada aos medicamentos, produtos dietéticos, saneantes domissanitários, cosméticos, perfumes, produtos de higiene e similares, com efeito de lhes conferir cor e de acordo com a finalidade do produto;

XII — Aditivo: substância adicionada aos medicamentos, produtos dietéticos, cosméticos, perfumes, produtos de higiene e similares, com a finalidade de impedir alterações, manter, conferir ou intensificar seu aroma, cor e sabor, modificar ou manter seu estado físico e geral ou exercer qualquer ação exigida, para a tecnologia de fabricação;

XIII — Matéria-Prima: substância ativa ou inativa que se emprega na fabricação dos medicamentos e demais produtos abrangidos pelo Decreto n. 79.094 (2), de 5 de janeiro de 1977, tanto a que permanece inalterada quanto a passível de modificações;

XIV — Produto Semi-Elaborado: substância ou mistura de substâncias ainda sob processo de fabricação;

XV — Rótulo: identificação impressa ou litografada, bem como dizeres pintados ou gravados a fogo, pressão ou decalco, aplicados diretamente sobre recipientes, vasilhames, invólucros, envoltórios ou qualquer outro protetor de embalagem;

XVI — Embalagem: invólucro, recipiente ou qualquer forma de acondicionamento removível, ou não, destinado a cobrir, empacotar, envasar, proteger ou manter, especificamente ou não, produtos de que trata o Decreto n. 79.094, de 5 de janeiro de 1977;

XVII — Fabricação: todas as operações que se fizerem necessárias à obtenção dos produtos abrangidos pelo Decreto n. 79.094, de 5 de janeiro de 1977;

XVIII — Registro de Produto: ato privativo do órgão competente do Ministério da Saúde destinado a comprovar o direito de fabricação de produto submetido ao regime da Lei n. 6.360 (3), de 23 de setembro de 1976 e de seu Regulamento;

XIX — Autorização: ato privativo do órgão competente do Ministério da Saúde, incumbido da vigilância sanitária dos produtos de que trata o Decreto n. 79.094, de 5 de janeiro de 1977, contendo permissão para que as empresas exerçam as atividades sob regime de vigilância sanitária, instituído pela Lei n. 6.360, de 23 de setembro de 1976;

XX — Licença: ato privativo do órgão de saúde competente dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, contendo permissão para o funcionamento dos estabelecimentos que desenvolvem qualquer das atividades a que foi autorizada a empresa;

XXI — Relatório: documento apresentado pela empresa descrevendo os elementos que compoem e caracterizam o produto, e esclareça as suas peculiaridades, finalidades, modo de usar, as indicações e contra-indicações e tudo o mais que possibilite à autoridade sanitária proferir decisões sobre o pedido de registro;

XXII — Nome: designação do produto, para distingui-lo de outros, ainda que do mesmo fabricante ou mesma espécie, qualidade ou natureza;

XXIII — Marca: elemento que identifica uma série de produtos de um mesmo fabricante ou que os distinga dos produtos de outros fabricantes, segundo a legislação de propriedade industrial;

XXIV — Procedência: lugar de produção ou industrialização do produto;

XXV — Lote ou Partida: quantidade de um medicamento ou produto abrangido pelo Decreto n. 79.094, de 5 de janeiro de 1977, que se produz em um ciclo de fabricação, cuja característica essencial é a homogeneidade;

XXVI — Número de Lote: designação impressa na etiqueta de produtos abrangidos pelo Decreto n. 79.094, de 5 de janeiro de 1977, que permita identificar o lote ou a partida a que este pertence, e, em caso de necessidade, localizar e rever todas as operações da fabricação e inspeção praticadas durante a produção;

XXVII — Controle de Qualidade: conjunto de medidas destinadas a verificar a qualidade de cada lote de medicamentos e demais produtos abrangidos pelo Decreto n. 79.094, de 5 de janeiro de 1977, para que satisfaçam às normas de atividade, pureza, eficácia e inocuidade;

(2) Leg. Fed., 1977, pág. 33; (3) 1976, pág. 716.

XXVIII — Inspeção de Qualidade: conjunto de medidas destinadas a garantir a qualquer momento, durante o processo de fabricação, a produção de lotes de medicamentos e demais produtos, abrangidos pelo Decreto n. 79.094, de 5 de janeiro de 1977, tendo em vista o atendimento das normas sobre atividade, pureza, eficácia e inocuidade;

XXIX — Pureza: grau em que uma droga determinada contém outros materiais estranhos;

XXX — Análise Prévia: a efetuada em determinados produtos sob o regime de vigilância sanitária, a fim de ser verificado se os mesmos podem ser objeto de registro;

XXXI — Análise de Controle: a efetuada em produtos sob o regime de vigilância sanitária, após sua entrega ao consumo e destinada a comprovar a conformidade do produto com a fórmula que deu origem ao registro;

XXXII — Análise Fiscal: a efetuada sobre os produtos submetidos ao sistema instituído pelo Decreto n. 79.094, de 5 de janeiro de 1977, em caráter de rotina, para apuração de infrações ou verificação de ocorrência fortuita ou eventual;

XXXIII — Órgão de Vigilância Sanitária Competente ou Órgão Sanitário Competente: órgão do Ministério da Saúde, dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, incumbido da vigilância sanitária dos produtos abrangidos pelo Decreto n. 79.094, de 5 de janeiro de 1977, e dos estabelecimentos de que trata esta Norma Técnica Especial;

XXXIV — Autoridade Sanitária Competente: funcionário legalmente autorizado, do órgão técnico específico competente da Secretaria de Estado da Saúde;

XXXV — Laboratório Oficial: laboratório do Ministério da Saúde, ou congênera da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, com competência delegada através de convênio, destinado à análise de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos;

XXXVI — Empresa: pessoa física ou jurídica de Direito Público ou Privado, que exerça, como atividade principal ou subsidiária, a industrialização, o comércio, o fornecimento ou a distribuição de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, equiparando-se à mesma, para os efeitos das Leis ns. 5.991 (4), de 17 de dezembro de 1973, 6.360, de 23 de setembro de 1976, e desta Norma Técnica Especial, as unidades dos órgãos da Administração Direta ou Indireta, da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios, dos Municípios e de suas entidades paraestatais, incumbidas de serviços correspondentes;

XXXVII — Estabelecimento: unidade da empresa destinada à industrialização ao comércio, ao fornecimento e à distribuição de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, inclusive a que receba material em sua forma original ou semimanufaturado;

XXXVIII — Farmácia: estabelecimento de manipulação de fórmulas magistrais e oficiais, de comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, compreendendo a dispensação e o atendimento privativo de unidade hospitalar ou de qualquer outra equivalente de assistência médica;

XXXIX — Drogaria: estabelecimento de dispensação e comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, em suas embalagens originais;

XL — Ervanaria: estabelecimento que realiza dispensação de plantas medicinais;

XLI — Posto de Medicamentos e Unidade Volante: estabelecimentos destinados, exclusivamente, à dispensação de medicamentos industrializados, em suas embalagens originais e constantes de relação elaborada pelo órgão de vigilância sanitária do Ministério da Saúde, publicada pela imprensa oficial, para atendimento a localidades desprovidas de farmácia e drogarias;

(4) Leg. Fed., 1973, pág. 1.934.

XLII — Dispensário de Medicamentos: setor de fornecimento de medicamentos industrializados, privativo de pequena unidade hospitalar ou equivalente;

XLIII — Dispensação: ato de fornecimento ao consumidor de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, a título remunerado ou não;

XLIV — Distribuidor, Representante, Importador e Exportador: empresa ou estabelecimento que exerça, direta ou indiretamente, o comércio atacadista de drogas, medicamentos em suas embalagens originais ou não, insumos farmacêuticos e correlatos.

TÍTULO II

Funcionamento dos Estabelecimentos Industriais, Comerciais, Farmacêuticos e Congêneres

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 2º Os estabelecimentos de que trata o presente Título não poderão funcionar sem a prévia licença de funcionamento do órgão sanitário competente.

Parágrafo único. A licença de funcionamento dos estabelecimentos de que trata o presente Título deverá ser neles afixada, em quadro próprio e em lugar visível.

Art. 3º A mudança para local diverso do previsto no licenciamento dependerá de licença prévia do órgão sanitário estadual competente e do atendimento das normas exigidas para o licenciamento.

Parágrafo único. Os estabelecimentos que mudarem de local, de firma própria ou de responsável técnico, deverão, no prazo de 10 (dez) dias, providenciar a apostila da alteração ocorrida na licença de funcionamento.

Art. 4º O licenciamento e o funcionamento dos estabelecimentos ficam condicionados à existência de recursos humanos capacitados ao desempenho das atividades de sua produção ou comércio, a critério da autoridade sanitária competente.

Art. 5º É obrigatório o exame periódico de saúde, inclusive o microbiológico, de todos os empregados em estabelecimentos de produção de medicamentos, devendo a autoridade sanitária competente verificar, em intervalos regulares, esses exames, para que os funcionários doentes ou acometidos de infecções inaparentes ou, ainda, portadores de germes, sejam afastados.

Art. 6º Os estabelecimentos industriais e comerciais farmacêuticos e congêneres somente se utilizarão de veículos apropriados, com instalações e meios eficazes de proteção, a critério da autoridade sanitária competente, para o transporte de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos perecíveis e/ou sujeitos a controle sanitário especial, de acordo com sua natureza.

Art. 7º Os estabelecimentos e empresas que armazenem produtos altamente inflamáveis, em grande quantidade, deverão contar com dispositivos de segurança determinados pela autoridade competente.

Art. 8º As farmácias e drogarias serão obrigadas a plantão, pelo sistema de rodízio, para atendimento ininterrupto à comunidade, consoante normas a serem baixadas pelos municípios.

Art. 9º Os estabelecimentos de que trata este Título deverão ser mantidos nas mais perfeitas condições de ordem e higiene, inclusive no que se refere ao pessoal e ao material.

Art. 10. Fica concedido prazo até o dia 31 de dezembro do corrente ano, para que os estabelecimentos já licenciados se adaptem às exigências ora estabelecidas.

CAPÍTULO II

Estabelecimentos Industriais Farmacêuticos, Químico-Farmacêuticos, de Produtos de Higiene, de Cosméticos, de Perfume e Congêneres e de Saneantes Domissanitários

Art. 11. Os estabelecimentos industriais que fabriquem ou manipulem drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e seus correlatos, produtos de higiene, dietéticos, perfumes e cosméticos, produtos biológicos, plantas, saneantes domissanitários e congêneres que interessem à medicina e à saúde pública, não poderão funcionar sem a prévia licença da autoridade sanitária competente e sem que tenham em cada um de seus setores de atividade, quais sejam: a) produtos farmacêuticos e correlatos; b) produtos biológicos; c) produtos químicos; d) produtos de higiene, cosméticos, perfumes e similares; e) produtos saneantes domissanitários — um responsável técnico legalmente habilitado, com termo de responsabilidade assinado perante a autoridade sanitária competente.

Parágrafo único. A licença a que se refere este artigo, será válida para o ano em que foi concedida e deverá ser renovada até 31 de março de cada ano.

Art. 12. A fabricação ou manipulação de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e seus correlatos, produtos de higiene, dietéticos, perfumes e cosméticos, produtos biológicos, plantas, saneantes domissanitários e congêneres, referidos no artigo anterior, somente poderão ser realizadas com a presença obrigatória dos respectivos responsáveis técnicos.

Art. 13. Esses estabelecimentos deverão possuir aparelhos, utensílios, vasilhames, e os meios necessários à fabricação e ao controle, pias com água corrente, mesas com tampo e pés de material liso, resistente e impermeável, que não dificulte a higiene e a limpeza, armações e/ou armários adequados, a critério da autoridade sanitária competente.

§ 1º Esses estabelecimentos deverão ter, quando for o caso, cofre e/ou local que ofereça segurança, com chave, para a guarda de drogas, medicamentos e insumos farmacêuticos capazes de criar dependência física ou psíquica — entorpecentes e seus equiparados — e/ou sujeitos a controle sanitário especial.

§ 2º Deverão ter, ainda, quando for o caso, livros conforme modelos oficiais, com termos de abertura e encerramento pela autoridade sanitária competente e por esta devidamente rubricados, destinados ao registro de drogas, medicamentos e insumos farmacêuticos capazes de criar dependência física ou psíquica — entorpecentes e seus equiparados — e/ou sujeitos a controle sanitário especial.

Art. 14. Os estabelecimentos que fabricarem produtos injetáveis ou outros que necessitem de preparo e envasamento asséptico, deverão, conforme o caso, estar equipados com:

I — aparelhos de extração;

II — colorímetro ou fotômetro para dosagem de vitaminas;

III — lâmpadas de luz ultravioleta ou fluorímetro;

IV — recipientes próprios à conservação e acondicionamento das substâncias sensíveis à variação da concentração iônica.

Parágrafo único. Os estabelecimentos que manipulem produtos necessitando de preparo e envasamento asséptico deverão possuir, nos locais para esse fim destinados, sinalização de impedimento ou liberação das câmaras, com lâmpadas vermelhas e verdes, respectivamente.

Art. 15. Os estabelecimentos fabricantes de produtos biológicos, tais como soros, vacinas, bacteriófagos, hormônios e vitaminas naturais ou sintéticas, fermentos e outros, deverão possuir câmara frigorífica de funcionamento automático, com capacidade suficiente, aferida em função da produção, para assegurar a conservação dos produtos e da matéria-prima passíveis de se alterarem sem essas condições.

Art. 16. Os estabelecimentos produtores de hormônios artificiais, além da obrigatoriedade do fornecimento de equipamentos individuais de proteção (EIP) destinados ao uso dos empregados e da existência de instalações, equipamentos e aparelhagem técnica indispensáveis e em condições necessárias à finalidade a que se propõe, somente poderão ser licenciados se dispuserem de recinto próprio e separado para a manipulação dos hormônios e para a lavagem diária dos trajés utilizados durante o trabalho.

Art. 17. Os estabelecimentos produtores de soro antitetânico, vacina anticarunculosa e vacina BCG, deverão ter, completamente isolados de outros serviços de laboratório, para cada produto:

- I — compartimento especial dotado de utensílios, estufa e demais acessórios;
- II — tanque com desinfetante para imersão dos vasilhames, depois de utilizados;
- III — forno e autoclave, exclusivos;
- IV — culturas conservadas em separado das demais culturas de laboratório;
- V — outros meios que a tecnologia e controle venham a exigir.

Art. 18. Os estabelecimentos industriais de que trata o artigo 11 deverão manter, em cada um de seus setores de atividade, fichários atualizados de controle de matéria-prima e de controle da fabricação de cada um de seus produtos.

§ 1º Nas fichas individuais de matéria-prima, devidamente numeradas, deverá ser registrada toda matéria-prima adquirida pelo estabelecimento, ou pelo setor de atividade e delas constará obrigatoriamente:

- a) nome da matéria-prima e sinônimos, se houver;
- b) procedência;
- c) quantidade adquirida;
- d) data de entrada e número da nota fiscal;
- e) estoque existente atualizado;
- f) resultados das análises efetuadas;
- g) assinatura do analista;
- h) assinatura do responsável técnico pelo setor de atividade.

§ 2º Nas fichas individuais de fabricação e produto acabado deverá constar:

- a) nome do produto;
- b) número da partida fabricada;
- c) datas do início e do término da preparação;
- d) quantidade teórica a ser fabricada;
- e) quantidade realmente obtida;
- f) matérias-primas utilizadas, seguidas dos números das respectivas fichas de controle de qualidade e suas quantidades;
- g) resultados das análises de controle realizadas (química, microbiológica, biológica, etc.) do produto acabado;
- h) observações, quando necessárias;
- i) assinatura do encarregado pela preparação;
- j) assinatura do analista;
- k) assinatura do responsável técnico do setor de atividade.

§ 3º As fichas a que se refere este artigo deverão ficar arquivadas sob supervisão do responsável técnico pelo setor de atividade, por ordem alfabética do produto, à disposição da autoridade sanitária competente, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, ou quando for o caso, pelo prazo de validade indicado na embalagem da respectiva partida do produto.

Art. 19. De cada partida de todo produto fabricado, os respectivos setores de atividade deverão reter 3 (três) unidades originais do produto, visadas pelo responsável técnico do setor, pelos mesmos prazos estabelecidos para as fichas referidas no artigo anterior.

Parágrafo único. Quando forem fabricadas apenas embalagens hospitalares, deverão ser retidas, em embalagens adequadas e fechadas, quantidades correspondentes a 3 (três) embalagens originais.

Art. 20. As empresas que se dedicam ao preparo de embalagens e acabamento, estarão sujeitas, no que couber, às mesmas exigências dos estabelecimentos industriais farmacêuticos, inclusive quanto às instalações, licenciamento e renovação anual de licença.

CAPÍTULO III

Estabelecimentos Comerciais Farmacêuticos e Congêneres

SEÇÃO I

Distribuidores, Representantes, Importadores e Exportadores de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos

Art. 21. Os distribuidores, representantes, importadores e exportadores que comerciem e detenham drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e seus correlatos, deverão possuir:

- I — armações e/ou armários adequados, a critério da autoridade sanitária competente;
- II — lavatório com água corrente;
- III — aparelho de refrigeração para a conservação de produtos perecíveis;
- IV — cofre ou armário que ofereça segurança, com chave, para a guarda de drogas, medicamentos e insumos farmacêuticos capazes de criar dependência física ou psíquica — entorpecentes e seus equiparados — e/ou sujeitos a controle sanitário especial, quando for o caso;
- V — livros, conforme modelos oficiais, com termos de abertura e encerramento pela autoridade sanitária competente e por esta devidamente rubricados, destinados ao registro diário de entrada e saída de drogas, medicamentos e insumos farmacêuticos capazes de criar dependência física ou psíquica — entorpecentes e seus equiparados — e/ou sujeitos a controle sanitário especial, quando for o caso.

Art. 22. Os distribuidores, representantes, importadores e exportadores que funcionem com retalhamento, além de satisfazer as exigências do artigo anterior, deverão possuir:

- I — três balanças: granatária, Roberval e de precisão, ou outras adequadas aos retalhamentos a serem processados, a critério da autoridade sanitária competente;
- II — instrumental apropriado devidamente aferido;
- III — um exemplar da última edição, em uso corrente, da Farmacopéia Brasileira;
- IV — aparelhos, utensílios, vasilhames e reagentes empregados para o controle dos insumos farmacêuticos e correlatos, e armação e/ou armário adequado para a sua guarda;
- V — mesa para retalhamento, com tampo e pés de material liso, resistente e impermeável, que não dificulte a higiene e a limpeza;
- VI — pia com água corrente.

Art. 23. Quando houver retalhamento de insumos farmacêuticos e correlatos voláteis, deverá o estabelecimento possuir, na sala própria, exaustores adequados, a critério da autoridade sanitária competente.

Art. 24. As empresas, estabelecimentos ou firmas de que trata esta Seção somente poderão funcionar depois de devidamente licenciados e sob a responsabilidade de técnico legalmente habilitado, com termo de responsabilidade assinado perante a autoridade sanitária competente, mas sem a obrigatoriedade de permanência e horário integral para o exercício de suas atividades.

§ 1º A assistência e a responsabilidade técnicas das filiais ou sucursais serão exercidas por profissionais que não sejam o da matriz ou sede.

§ 2º Excluem-se das exigências deste artigo as empresas, estabelecimentos ou firmas que não armazenem as mercadorias.

SEÇÃO II

Farmácias, Drogarias, Ervanarias, Postos de Medicamento, Unidades Volantes e Dispensários de Medicamentos

Art. 25. As farmácias e drogarias funcionarão, depois de devidamente licenciadas e, obrigatoriamente, sob a responsabilidade de técnico legalmente habilitado, com termo de responsabilidade assinado perante a autoridade sanitária competente.

§ 1º A presença do técnico responsável será obrigatória durante todo o horário de funcionamento dos estabelecimentos mencionados neste artigo.

§ 2º Os estabelecimentos de que trata este artigo poderão manter técnico responsável substituto, para suprir os casos de impedimentos ou ausência do titular.

Art. 26. As farmácias deverão possuir:

I — armações e/ou armários adequados, a critério da autoridade sanitária competente;

II — três balanças: granatária, Roberval e de precisão;

III — um exemplar da última edição, em uso corrente, da Farmacopéia Brasileira;

IV — instrumental apropriado devidamente aferido;

V — armações e/ou armários envidraçados e fechados, livres de poeira e contaminação, para a guarda de medicamentos, drogas e vasilhames empregados na manipulação, previamente aprovados pela autoridade sanitária competente;

VI — cofre e/ou armário que ofereça segurança, com chave para a guarda de drogas, medicamentos e insumos farmacêuticos capazes de criar dependência física ou psíquica — entorpecentes e seus equiparados — e/ou sujeitos a controle sanitário especial;

VII — livros, conforme modelos oficiais, com termos de abertura e encerramento pela autoridade sanitária competente e por esta devidamente rubricados, destinados à transcrição diária do receituário médico e ao registro diário de entrada e saída de drogas, medicamentos e insumos farmacêuticos capazes de criar dependência física ou psíquica — entorpecentes e seus equiparados — e/ou sujeitos a controle sanitário especial.

Art. 27. Os laboratórios das farmácias deverão ser dotados, no mínimo, de pia com água corrente, filtro de vela sob pressão, aparelhos, utensílios e vasilhames necessários à manipulação, aparelhos de refrigeração para conservação de produtos perecíveis, depósito para água filtrada e mesas para manipulação com tampo e pés de material liso, resistente e impermeável, que não dificulte a higiene e a limpeza.

Art. 28. As drogarias deverão ser providas de:

I — armações e/ou armários adequados, a critério da autoridade sanitária competente;

II — cofre ou armário que ofereça segurança, com chave, para guarda de drogas, medicamentos e insumos farmacêuticos capazes de criar dependência física ou psíquica — entorpecentes e seus equiparados — e/ou sujeitos a controle sanitário especial;

III — aparelho de refrigeração para a conservação de produtos perecíveis;

IV — livros, conforme modelos oficiais, com termos de abertura e encerramento pela autoridade sanitária competente e por esta devidamente rubricados, destinados ao registro diário de entrada e saída de drogas, medicamentos e insumos farmacêuticos capazes de criar dependência física ou psíquica — entorpecentes e seus equiparados — e/ou sujeitos a controle sanitário especial;

Art. 29. As farmácias e drogarias, quando houver aplicação de injeções, deverão possuir no compartimento destinado a esse fim, lavatório com água corrente, descansa-braço e acessórios apropriados, forno de Pasteur (estufa) ou autoclave ou outro equipamento capaz de, a critério da autoridade sanitária competente, assegurar esterilização, e cumprir os preceitos sanitários pertinentes.

Parágrafo único. As exigências, quanto ao equipamento para esterilização, a que se refere este artigo, poderão ser dispensadas quando se faça uso exclusivo de agulhas e seringas descartáveis, pré-esterilizadas, inutilizadas após cada aplicação.

Art. 30. É permitido às farmácias e drogarias exercer o comércio de determinados correlatos, como aparelhos e acessórios usados para fins terapêuticos ou de correção estética, produtos utilizados para fins diagnósticos e analíticos, de higiene pessoal ou de ambiente, o de cosméticos e perfumes, os dietéticos definidos no item V do artigo 1º, os produtos óticos, de acústica médica, odontológicos, veterinários e outros, desde que observada a legislação federal específica e a supletiva estadual pertinente.

Parágrafo único. Para o comércio de correlatos a que se refere este artigo, as farmácias e drogarias deverão manter seções separadas, de acordo com a natureza dos correlatos e a juízo da autoridade sanitária competente.

Art. 31. É vedada a aplicação, nos próprios estabelecimentos, de quaisquer tipos de aparelhos a que se refere o artigo anterior.

Art. 32. As ervanarias somente poderão efetuar a dispensação de plantas medicinais, excluídas as entorpecentes cuja venda é privativa das farmácias e drogarias.

§ 1º Os estabelecimentos a que se refere este artigo somente funcionarão depois de devidamente licenciados e sob a responsabilidade de técnico legalmente habilitado e com termo de responsabilidade assinado perante a autoridade sanitária competente.

§ 2º É proibido às ervanarias negociar com objetos de cera, colares, fetiches e outros que se relacionem com práticas de feticchismo e curandeirismo.

§ 3º As plantas vendidas sob classificação botânica falsa, bem como as destinadas a ação terapêutica e entregues ao consumo com o mesmo nome vulgar de outras terapêuticamente ativas, serão apreendidas e inutilizadas, sendo os infratores punidos na forma da legislação em vigor.

Art. 33. Os estabelecimentos a que se refere o artigo anterior possuirão armações e/ou armários adequados, a critério da autoridade sanitária competente, recipientes fechados para o acondicionamento obrigatório, livres de pó e de contaminação, de todas as plantas e partes vegetais.

Art. 34. Nas zonas com características suburbanas ou rurais onde, em um raio de mais de três quilômetros, não houver farmácia ou drogaria licenciada, poderá, a critério da autoridade sanitária competente, ser concedida licença, a título precário, para instalação de posto de medicamentos, sob a responsabilidade de pessoa idônea, com capacidade necessária para proceder à dispensação dos produtos farmacêuticos, atestada por dois farmacêuticos inscritos no Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A licença não será renovada desde que se instale, legalmente, farmácia ou drogaria dentro da área a que se refere este artigo.

Art. 35. Poderão ser licenciadas, a título precário, pela autoridade sanitária competente, unidades volantes para o atendimento de regiões onde, num raio de trinta quilômetros, não houver farmácia, drogaria ou posto de medicamentos.

§ 1º O licenciamento das unidades volantes, concedido pela autoridade sanitária competente, fixará a região a ser percorrida pelo veículo respectivo.

§ 2º A licença será cancelada para as regiões onde se instalarem legalmente farmácia, drogaria ou posto de medicamentos.

§ 3º As unidades volantes, a critério exclusivo da autoridade sanitária competente, poderão funcionar sob a responsabilidade de pessoa idônea, com capacidade necessária para proceder à dispensação dos produtos farmacêuticos, atestada por dois farmacêuticos inscritos no Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo.

Art. 36. Os postos de medicamentos e as unidades volantes somente poderão funcionar depois de devidamente licenciados e dos seus responsáveis terem assinado o termo de responsabilidade perante a autoridade sanitária competente.

Art. 37. Os dispensários de medicamentos funcionarão depois de devidamente licenciados e, obrigatoriamente, sob a responsabilidade de profissional legalmente habilitado, com termo de responsabilidade assinado perante a autoridade sanitária competente.

Art. 38. Os dispensários de medicamentos deverão possuir:

I — armazéns e/ou armários adequados, a critério da autoridade sanitária competente, para a guarda dos medicamentos;

II — lavatório com água corrente;

III — aparelho de refrigeração para a conservação de produtos perecíveis;

IV — cofre ou armário que ofereça segurança, com chave, para a guarda de drogas e medicamentos capazes de criar dependência física ou psíquica — entorpecentes e seus equiparados — e/ou sujeitos a controle sanitário especial;

V — livros, conforme modelos oficiais, com termo de abertura e encerramento pela autoridade sanitária competente e por esta devidamente rubricados, destinados ao registro diário de entrada e saída de drogas e medicamentos capazes de criar dependência física ou psíquica — entorpecentes e seus equiparados — e/ou sujeitos a controle sanitário especial.

SEÇÃO III

Empresas Aplicadoras de Saneantes Domissanitários

Art. 39. As empresas aplicadoras de saneantes domissanitários somente poderão funcionar depois de devidamente licenciadas e tendo em sua direção técnica um responsável legalmente habilitado, com termo de responsabilidade assinado perante a autoridade sanitária competente.

Parágrafo único. A licença a que se refere este artigo será válida para o ano em que foi concedida e deverá ser renovada até 31 de março de cada ano.

Art. 40. A aplicação de saneantes domissanitários, como prestação de serviços somente poderá ser feita por empresas especializadas.

Art. 41. As empresas a que se refere esta Seção deverão possuir armazéns e/ou armários adequados, aparelhos, utensílios, vasilhames necessários às suas finalidades, reagentes para o controle dos produtos a serem aplicados, pia com água corrente, mesas com tampo e pés de material liso, resistente e impermeável, que não dificulte a higiene e a limpeza, a juízo da autoridade sanitária competente.

Art. 42. As empresas de que trata esta Seção somente poderão utilizar produtos devidamente registrados no Órgão de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde e seguindo as instruções aprovadas e constantes das embalagens dos produtos.

Parágrafo único. Após a aplicação do produto, a empresa fica obrigada a fornecer certificado, assinado pelo responsável técnico, do qual conste o nome e a composição qualitativa do produto ou associação utilizada, as proporções e a quantidade total empregada por área, bem como as instruções para a prevenção ou para o caso de ocorrência de acidente.

TÍTULO III

Laboratórios de Análises Clínicas ou de Patologia Clínica, de Hematologia Clínica, de Anatomia Patológica, de Citologia, de Líquido Céfaloraquidiano, de Radiolotopologia, e Congêneres

Art. 43. Os laboratórios de análises clínicas ou de patologia clínica, de hematologia clínica, de anatomia patológica, de citologia, de líquido céfaloraquidiano, de radiolotopologia «in vitro» e «in vivo», e congêneres, somente poderão funcionar depois de devidamente licenciados, com suas especificações definidas, sob a responsabilidade de profissionais legalmente habilitados para cada uma das especializações, com termos de responsabilidade assinados perante a autoridade sanitária competente, e com pessoal técnico legalmente habilitado.

§ 1º Esses estabelecimentos só funcionarão com a presença obrigatória do profissional responsável, podendo manter profissional responsável substituto, legalmente habilitado, e com termo de responsabilidade assinado perante a autoridade sanitária competente, para suprir os casos de ausência ou impedimento do titular.

§ 2º Os estabelecimentos a que se refere este artigo poderão funcionar com mais de uma especialização, desde que conte com pessoal legalmente habilitado para cada uma delas, disponha de equipamentos apropriados e mantenha controles e desempenho adequados.

Art. 44. Os estabelecimentos de que trata o artigo anterior deverão possuir armazéns e armários adequados, aparelhos, utensílios, vasilhames, vidraria apropriada e os demais meios necessários às suas finalidades, pia com água corrente, mesas com tampo e pés de material liso, resistente e impermeável, que facilitem a limpeza e a higiene, e seções separadas de acordo com a natureza dos exames realizados, a critério da autoridade sanitária competente.

Art. 45. Esses estabelecimentos e congêneres, deverão contar, no mínimo, obrigatoriamente, com os equipamentos, controles e desempenhos seguintes:

I — Laboratórios de Análises Clínicas ou de Patologia Clínica:

a) Equipamentos:

- 1 — microscópios: oculares de 5 a 10 X, objetivas de 10, 20 e 100 X, condensador comum, condensador de campo escuro;
- 2 — centrifugas para tubos de 15 ml, com rpm mínimo de 2.500;
- 3 — refratômetro e/ou urodensímetro;
- 4 — estufa regulada 32° — 37°C;
- 5 — autoclave;
- 6 — forno tipo Pasteur ou similar;
- 7 — refrigerador com congelador;
- 8 — espectrofotômetro 400 — 700 nm;
- 9 — banho-maria fervente ou termobloco regulado 100°C;
- 10 — banho-maria 37°C;
- 11 — banho-maria 56°C;
- 12 — aglutinoscópio;
- 13 — destilador ou deionizador;
- 14 — estufa para secagem de material;
- 15 — potenciômetro (pH);
- 16 — balança analítica ou de precisão;
- 17 — mesa ginecológica;
- 18 — agitador de Kahn;
- 19 — bico de Bunsen;
- 20 — tripés;
- 21 — alça de platina;

- 22 — estante de hemossedimentação;
 23 — estante para tubos de ensaio;
 24 — câmara de Neubauer — mínimo 2;
 25 — cálices de Hoffman — mínimo 10;
 26 — recipientes para cultivo em CO₂;
 27 — lavador de pipetas;
 28 — seringas e agulhas descartáveis.
- b) Controles:
- 1 — arquivo de resultados técnicos mantidos durante 5 (cinco) anos, em ordem cronológica;
 2 — manual (ais) atualizado(s) de procedimento, abrangendo coleta, métodos e expedição de resultados;
 3 — registros diários de temperatura de estufas, banhos termo-reguláveis e geladeiras;
 4 — controle e registro semanais de eficiência de autoclave(s);
 5 — registros semanais de espectros de absorção de espectrofotômetro;
 6 — manter cultivos de, pelo menos, estafilococos e colibacilos para registros semanais dos testes de função de meios de cultivo e corantes de bacteriologia;
 7 — manter e registrar controles negativos e positivos para as reações sorológicas;
 8 — manter reserva de soro ou soros comerciais para controle de qualidade tabular e gráfico em bioquímica;
 9 — manter soluções artificiais para controles semanais de função nas pesquisas urinárias;
 10 — registros de controle de aferição na aquisição dos recipientes e pipetas volumétricas.
- c) Desempenho mínimo de exames:
- 1 — Fezes: parasitológico — exame direto (sedimentação, centrifugo-flutuação, larvatropismo), sangue oculto;
 2 — Urina: urina I, com sedimento urinário;
 3 — Microbiologia: métodos de exames para reconhecimento e identificação de fungos e cogumelos; meios primários e/ou de transporte para urina, fezes, sangue, líquido, secreção e escarro (Tb) e para difteria; microscopia e exame direto entre lâmina e lamínula ou por métodos de coloração, Gram, Ziehl, Giemsa, Neisser ou similares e Fontana;
 4 — Bioquímica: glicose, uréia, creatinina, ácido úrico, colesterol, triglicérides, bilirrubinas, tansaminase, amilase, fosfatase alcalina, fosfatase ácida, proteínas totais como separação das frações por eletroforese, sódio, potássio, cloro e cálcio;
 5 — Hematologia: hemograma, dosagem de hemoglobina, plaquetas, hemossedimentação, falcização, reticulócitos, tempo de protombina, tempo de sangramento, tempo de coagulação, tempo de trombina, tempo parcial de tromboplastina, fibrinogênio, retração do coágulo, prova de Laço, hematozoários;
 6 — Imunossorologia: gravidez, sífilis, Chagas, febre tifóide, brucelose, toxoplasmosse, grupos sanguíneos e fator Rh, Coombs direto, Coombs indireto;
 7 — Provas Cutâneas: reação de Mantoux, de Frei, de Ito-Reestieni e de Monotegro.
- II — Laboratórios de Anatomia Patológica:
- a) Equipamentos:
- 1 — microscópios: oculares de 5 a 10 X, objetivas 10, 20 e 100 X, condensador comum;
 2 — condições de fixação;
 3 — microtomo;

- 4 — meios para coloração por hematoxilina-eosina e métodos adicionais necessários;
 5 — refrigerador com congelador.
- b) Controles:
- 1 — arquivo de resultados técnicos mantidos, pelo menos, durante 5 (cinco) anos, em ordem cronológica;
 2 — manual (ais) atualizado (s) de procedimento abrangendo coleta, métodos e expedição de resultados;
 3 — registro dos controles de eficiência das soluções corantes;
 4 — arquivo de lâminas e blocos, com finalidade de documentação e ensino, mantidas, pelo menos, durante 5 (cinco) anos.
- c) Desempenho mínimo de exames:
- 1 — histológico e de biópsias cirúrgicas;
 2 — análises macro e microscópicas de peças;
 3 — análise de congelação intra-operatória (em serviços hospitalares de porte);
 4 — necropsia, em hospitais com instalações apropriadas.
- III — Laboratórios de Citologia:
- a) Equipamentos:
- 1 — microscópios: oculares de 5 e 10 X, objetivas de 10, 20 e 100 X, condensador comum;
 2 — meios necessários para colorações pelo Papanicolau, Shorr e outras;
 3 — centrífuga;
 4 — refrigerador com congelador.
- b) Controles:
- 1 — arquivo de resultados técnicos mantidos, no mínimo, durante 5 (cinco) anos;
 2 — manual (ais) atualizado(s) de procedimento, abrangendo coleta, métodos e expedição de resultados;
 3 — registros de eficiência das soluções corantes;
 4 — arquivo de lâminas, com finalidade de documentação mantidos, no mínimo, durante 5 (cinco) anos.
- c) Desempenho mínimo de exames:
- 1 — rastreo de neoplasias;
 2 — citologia hormonal;
 3 — pesquisa de inclusões e atípias celulares.
- IV — Laboratórios de Radioisotopia «in vitro» e «in vivo»:
- a) Equipamentos:
- 1 — cintilômetro gama ou beta;
 2 — centrífuga;
 3 — geladeira com congelador, exclusiva para radionuclídeos;
 4 — banho-maria 37°C;
 5 — destilador ou deionizador;
 6 — estufa de secagem de material;
 7 — lavador de pipetas;
 8 — área delimitada com «quente», com o símbolo internacional, para estocar substâncias em decaimento;
 9 — pipetas automáticas ou pró-pipetas.
- b) Controles:
- 1 — arquivo de resultados técnicos mantidos, pelo menos, durante 5 (cinco) anos;

- 2 — manual(ais) atualizado(s) de procedimento, abrangendo coleta, métodos e expedição de resultados;
 - 3 — registro de controle de padrão artificial radioisotópico para aferir o cintilômetro;
 - 4 — reserva de soros padrões para controle de qualidade tabular e gráfico.
- c) Desempenho mínimo:
- 1 — captação de T3 (tri-iodotironina);
 - 2 — dosagem de tiroxina.

V — Laboratórios de Líquido Céfalo-Raquidiano:

- a) Equipamentos:
- 1 — microscópios: oculares de 5 e 10 X, objetivas de 10, 20 e 100 X, condensador comum;
 - 2 — centrífuga para tubos de 15 ml, com rpm mínima de 2.500;
 - 3 — câmara de Neubauer ou Fuchs-Rosenthal;
 - 4 — estufa regulada 32° — 37°;
 - 5 — recipiente para cultivo em CO₂;
 - 6 — autoclave;
 - 7 — refrigerador com congelador;
 - 8 — banho-maria fervente ou termobloco regulado 100°C;
 - 9 — espectrofotômetro 400 — 700 nm;
 - 10 — banho-maria 37°C;
 - 11 — banho-maria 56°C;
 - 12 — destilador ou deionizador;
 - 13 — estufa de secagem de material;
 - 14 — mesa para coleta de líquido céfalo-raquidiano;
 - 15 — lavador de pipetas.

b) Controles:

- 1 — arquivo de resultados técnicos mantidos, pelo menos, durante 5 (cinco) anos;
 - 2 — manual (ais) atualizado (s) de procedimento, abrangendo coleta, métodos e expedição de resultados;
 - 3 — registros diários de temperatura de estufas, banhos termo-reguláveis e geladeiras;
 - 4 — controle e registros semanais de eficiência de autoclave (s);
 - 5 — registros semestrais de espectros de absorção do espectrofotômetro;
 - 6 — manter cultivos de, pelo menos, estafilococos e colibacilos para registros semanais dos testes de função de meios de cultivo e corantes de bacteriologia;
 - 7 — manter e registrar controles negativos e positivos para as reações sorológicas;
 - 8 — registros de aferição dos recipientes e pipetas volumétricas.
- c) Desempenho mínimo de exames:
- 1 — coleta e exame completo do líquido céfalo-raquidiano, com correlação clínico-laboratorial.

Art. 46. Os laboratórios congêneres satisfarão os requisitos mínimos adequados quanto a equipamentos, controle e desempenho, de acordo com as exigências para os laboratórios referidos no artigo 45 e a critério da autoridade sanitária competente.

Art. 47. A licença dos laboratórios a que se refere o artigo 43 com a(s) especialização(ões) da(s) respectiva(s) especialização(ões) será renovada até o dia 31 de março de cada ano.

Art. 48. É obrigatória a afixação da licença no estabelecimento, em quadro próprio e em local visível ao público.

Art. 49. Os laboratórios de análises clínicas ou de patologia clínica, de hematologia clínica, de anatomia patológica, de citologia, de líquido céfalo-raquidiano, de radioisotopia «in vitro» e «in vivo», e congêneres, particulares, oficiais, de autarquias ou de entidades de economia mista, terão livro próprio, com termo de abertura e encerramento pela autoridade sanitária competente e por esta devidamente rubricado, destinado ao registro de todos os resultados positivos de exames realizados para diagnóstico de doenças de notificação compulsória, indicando, obrigatoriamente, a data, o nome do paciente, o seu endereço completo, o material a ser analisado e o número da ficha onde foi lançado o resultado do exame.

§ 1º Quando se tratar de análise requisitada pelo INAMPS, ou instituições congêneres, poderá ser registrado o número de sua matrícula e a designação do posto de atendimento em que está inscrito.

§ 2º Esse livro permanecerá, obrigatoriamente, no laboratório, será assinado diariamente pelo profissional responsável ou por seu substituto legalmente habilitado e será exibido à autoridade sanitária competente, sempre que solicitado.

§ 3º Nos laboratórios que possuírem sistema eletrônico de processamento de dados, o registro em livro próprio, com as indicações obrigatórias, ao qual se refere este artigo, poderá ser feito em fitas magnéticas que ficarão arquivadas no local, à disposição da autoridade sanitária competente.

Art. 50. Os laboratórios de que trata este Título, deverão ser mantidos em perfeitas condições de ordem e higiene.

Art. 51. A mudança desses laboratórios para outro local dependerá de licença prévia do órgão sanitário competente e do atendimento das condições exigidas para o licenciamento.

Art. 52. Os profissionais responsáveis pelos laboratórios de que trata este Título, quando não forem proprietários, deverão apresentar contrato de trabalho no órgão sanitário competente, para anotação.

TÍTULO IV

Órgãos Executivos da Atividade Hemoterápica

Art. 53. Os órgãos executivos da atividade hemoterápica, para o seu funcionamento, contarão com divisões dispostas de equipamentos que permitam a correta execução das operações de que estão incumbidos.

Art. 54. O Serviço de Hemoterapia deverá contar, nas diferentes divisões que o compõem, com:

- I — direção e serviços gerais de administração dotados de mobiliário, equipamento de escritório e recursos para guarda do material destinado às atividades da organização;
- II — admissão dotada de:
 - a) mobiliário e equipamento de escritório;
 - b) assentos para doadores;
 - c) fichários para cadastro de doadores.
- III — local para exame médico provido de:
 - a) mobiliário adequado;
 - b) equipamento para seleção hematológica pelo nível de hemoglobulina e/ou pelo volume hematocritico;
 - c) equipamento para seleção clínica por peso, altura, pressão arterial e temperatura.
- IV — sala para coleta de sangue disposta de:
 - a) instalação para doação de sangue com:
 - 1 — camas ou cadeiras reclináveis;

- b) instalação para assepsia do pessoal técnico;
- c) material para assepsia e anestesia do local de punção;
- d) recipientes para coleta de sangue;
- e) equipamentos de coleta;
- f) equipamento para socorro de emergência.
- V — local para repouso e alimentação do doador com mesas e assentos apropriados;
- VI — laboratório de controle do sangue coletado e seleção do sangue a transferir provido de:
- a) mesa(s) de laboratório, com tampo de material impermeável, de fácil limpeza;
- b) refrigerador para conservação de reagentes e amostras de sangue, com temperatura regulada entre 2°C (dois graus centígrados) e 6°C (seis graus centígrados);
- c) congelador a - 20°C (menos vinte graus centígrados) para conservação de reagentes;
- d) banho(s)-maria sorológicos;
- e) estufa bacteriológica;
- f) centrífuga(s);
- g) balança de precisão;
- h) caixa-visor para classificação de Rh em lâmina aquecida;
- i) microscópio;
- j) marcador de tempo com alarme;
- k) cronógrafo;
- l) trompa de água ou bomba de vácuo;
- m) espelho côncavo;
- n) agitador para testes sorológicos;
- o) suporte para tubos;
- p) vidraria (pipetas, tubos de ensaio, tubos de hemólise, tubos centrífugos, lâminas, placas de vidro, opalina ou porcelana);
- q) reagentes classificadores para os sistemas de grupos sanguíneos ABO e Rh e soro antiglobulina humana;
- r) reagentes para provas sorológicas.

VII — armazenamento e fornecimento de sangue e, eventualmente, também de derivados, contando com:

- a) mobiliário adequado (mesa, cadeira, armário);
- b) refrigerador(es) com degelo contínuo dotados de sistema de controle e regulado(s) para temperatura variando entre 6°C (seis graus centígrados) e 2°C (dois graus centígrados) destinados exclusivamente à conservação de sangue, albumina, imunoglobulina, fibrinogênio e solução de proteínas plasmáticas;
- c) congelador a - 20°C (menos vinte graus centígrados) para conservação de plasma normal, plasma fresco, brioprecipitação com ação anti-hemofílica, se a organização se incumbir do preparo ou armazenamento de tais produtos;
- d) banho-maria para degelo de plasma (eventual);
- e) caixas térmicas para o transporte de recipientes de sangue à temperatura compreendida entre 2°C (dois graus centígrados) e 8°C (oito graus centígrados).

VIII — sala de aplicação de sangue ou derivados em transfusão, contando com:

- a) mobiliário adequado (cama, mesa auxiliar, dispositivo para suspensão do recipiente de sangue, armário, cadeira);
- b) recursos para transfusão de sangue e derivados (roupas apropriadas, banho-maria ou dispositivo que assegure o adequado aquecimento do sangue);

- c) recursos para tratamento de emergência de eventuais reações transfusionais;
- d) material para eventual retirada de amostras de sangue do receptor.
- IX — preparo não industrial de derivados de sangue (optativo):
- a) mesa (s) de laboratório com tampo de material impermeável e de fácil limpeza;
- b) recursos para obtenção de produtos estéreis e apirogênicos;
- c) centrífuga para frascos de sangue, refrigerada ou não;
- d) equipamento para controle de esterilidade dos produtos (estufa bacteriológica, autoclave);
- e) bomba aspirante-calicante;
- f) biotério para provas de toxidez e pirogenicidade.
- X — preparo de material e esterilização dispondo de:
- a) mesa (s) de laboratório;
- b) armário (s) para guarda de material preparado;
- c) dispositivos para obtenção de água própria para injeção endovenosa;
- d) autoclave de câmara dupla para esterilização por calor úmido, com secagem de material esterilizado;
- e) material para preparo de soluções anticoagulantes e preservadoras;
- f) estufa (s) para esterilização por calor seco;
- g) balança (s);
- h) recipientes para soluções;
- i) dispositivos para limpeza e preparo de material a ser utilizado na coleta, controle e eventual seleção de sangue;
- j) biotério para provas de pirogenicidade.

Art. 55. O Serviço de Hemoterapia poderá simplificar a estruturação, instalação e equipamento de sua divisão encarregada do preparo de material se adquirir recipientes, equipos e outros elementos prontos para uso, de fabricação industrial e não reutilizáveis.

Art. 56. Os exames sorológicos para controle de sangue coletado poderão ser executados fora do Serviço de Hemoterapia por organizações ou laboratórios devidamente credenciados mediante contrato por ambas as partes e apresentado à autoridade fiscalizadora.

Art. 57. O Serviço de Hemoterapia integrante de hospital-geral ou maternidade pode utilizar seus serviços comuns como espera de doadores, secretaria, recursos para alimentação dos doadores, sala de aplicação de sangue, simplificando sua estruturação, instalações e equipamentos.

Art. 58. O Banco de Sangue deverá contar, nas diferentes divisões que o compõem com:

I — direção e serviços gerais de administração dotados de mobiliário, equipamento de escritório e recursos para guarda do material destinado às atividades do organismo;

II — admissão dotada de:

- a) mobiliário e equipamento de escritório;
- b) assentos para doadores;
- c) fichários para cadastro de doadores.

III — local para exame médico provido de:

- a) mobiliário adequado;
- b) equipamento para seleção hematológica pelo nível de hemoglobina e/ou pelo volume hematocritico;
- c) equipamento para seleção clínica por peso, altura, pressão arterial e temperatura.

IV — sala para coleta de sangue dispondo de:

- a) instalação para doação de sangue com:
 - 1 — camas ou cadeiras reclináveis;
 - 2 — recursos auxiliares.
- b) instalação para assepsia do pessoal técnico;
- c) material para assepsia e anestesia do local de punção;
- d) recipientes para coleta de sangue;
- e) equipamentos de coleta;
- f) equipamento para socorro de emergência.

V — local para repouso e alimentação do doador com mesas e assentos apropriados;

VI — laboratório de controle de sangue coletado e eventual seleção de sangue a transfundir provido de:

- a) mesa(s) de laboratório com tampo de material impermeável e de fácil limpeza;
- b) refrigerador para conservação de reagentes e amostras de sangue, com temperatura regulada entre 2°C (dois graus centígrados) e 6°C (seis graus centígrados);
- c) congelador a — 20°C (menos vinte graus centígrados) para conservação de reagentes;
- d) banho(s)-maria sorológico(s);
- e) estufa bacteriológica;
- f) centrífuga(s);
- g) balança de precisão;
- h) caixa-visor para classificação de Rh em lâmina aquecida;
- i) microscópio;
- j) marcador de tempo com alarme;
- k) cronógrafo;
- l) trompa de água ou bomba de vácuo;
- m) espelho côncavo;
- n) agitador para testes sorológicos;
- o) suportes para tubos;
- p) vidraria (pipetas, tubos de ensaio, tubos de hemólise, tubos centrífugos, lâminas, placas de vidro, opalina ou porcelana);
- q) reagentes classificadores para os sistemas de grupos sanguíneos ABO e Rh e soro antioglobulina humana;
- r) reagentes para provas sorológicas.

VII — armazenamento e fornecimento de sangue e eventualmente, também de derivados, contando com:

- a) mobiliário adequado (mesa, cadeira, armário);
- b) refrigerador(es) com degelo contínuo, regulado(s) para temperatura variando entre 6°C (seis graus centígrados) e 2°C (dois graus centígrados) dotado de sistema de controle destinado exclusivamente à conservação de sangue, albumina, imunoglobulina, fibrinogênio e solução de proteínas plasmáticas;
- c) congelador a — 20°C (menos vinte graus centígrados) para conservação de plasma normal, plasma fresco, crioprecipitação com ação anti-hemofilia, se a organização se incumbir do preparo ou armazenamento de tais produtos;
- d) banho-maria para degelo de plasma (eventual);
- e) caixas térmicas para o transporte dos recipientes de sangue à temperatura recomendada entre 2°C (dois graus centígrados) e 8°C (oito graus centígrados).

VIII — preparo não industrial de derivados de sangue (optativo), com:

- a) mesa(s) de laboratório com tampo de material impermeável de fácil limpeza;
- b) recursos para obtenção de produtos estéreis e apirogênicos;
- c) centrífuga para recipientes de sangue refrigerado ou não;
- d) equipamento para controle de esterilidade dos produtos (estufa bacteriológica, autoclave);
- e) bomba de vácuo e pressão;
- f) biotério para provas de toxidez e pirogenicidade.

IX — preparo de material e esterilização dispondo de:

- a) mesa(s) de laboratório;
- b) armário(s) para guarda de material preparado;
- c) dispositivos para obtenção de água própria para injeção endovenosa;
- d) autoclave de câmara dupla para esterilização por calor úmido, com secagem de material esterilizado;
- e) material para preparo de soluções anticoagulantes e preservadoras;
- f) estufa(s) para esterilização por calor seco;
- g) balança(s);
- h) recipientes para soluções;
- i) dispositivo para limpeza e preparo de material a ser utilizado na coleta, controle e eventual seleção de sangue;
- j) biotério para provas de pirogenicidade.

Art. 59. O Banco de Sangue poderá simplificar a estruturação, instalação e equipamento de sua divisão encarregada do preparo de material, se adquirir recipientes, equipos e outros elementos prontos para uso, de fabricação industrial e não reutilizáveis.

Art. 60. Os exames sorológicos para controle de sangue coletado poderão ser executados fora do Banco de Sangue por organizações ou laboratórios devidamente credenciados, mediante contrato assinado por ambas as partes e apresentado à autoridade fiscalizadora.

Art. 61. O Posto fixo de coleta deverá contar, nas diferentes divisões que o compõem, com:

I — direção e serviços gerais de administração dotados de mobiliário e equipamentos de escritório e recursos para guarda de material destinado às atividades da organização;

II — admissão dotada de:

- a) mobiliário e equipamento de escritório;
- b) assentos para doadores;
- c) fichários para cadastro de doadores.

III — local de exame médico provido de:

- a) mobiliário adequado;
- b) equipamento para seleção hematológica pelo nível de hemoglobina e/ou pelo volume hematocrito;
- c) equipamento para seleção clínica por peso, altura, pressão arterial e temperatura.

IV — sala para coleta de sangue dispondo de:

- a) instalação para doação de sangue com:
 - 1 — camas ou cadeiras reclináveis;

12

- b) instalação para assepsia do pessoal técnico;
- c) material para assepsia e anestesia do local da punção;
- d) recipientes para coletas de sangue;
- e) equipamentos de coleta;
- f) equipamento para socorro de emergência.

V — recursos para repouso e alimentação dos doadores;

VI — armazenamento provisório do sangue, com refrigerador com degelo contínuo, regulado para temperatura variando entre 6°C (seis graus centígrados) e 2°C (dois graus centígrados) e dispondo de sistema de controle, para conservação do sangue até sua transferência ao Banco de Sangue ou serviço de hemoterapia a que esteja vinculado e para guarda de reagentes classificadores;

VII — transporte, se tal incumbência couber à organização abastecedora de sangue.

Art. 62. O Posto móvel de coleta deverá dispor de:

- I — transporte(s) motorizado(s) para condução de pessoal e equipamentos;
- II — recursos para receptionar e cadastrar os candidatos à doação;
- III — recursos para exame médico, com:

- a) mobiliário adequado;
- b) equipamento para seleção hematológica pelo nível de hemoglobina e/ou pelo volume hematocritico;
- c) equipamento para seleção clínica pelo peso, altura, pressão arterial e temperatura.

IV — recursos para coleta de sangue, com:

- a) camas ou cadeiras reclináveis;
- b) equipamento auxiliar;
- c) recipientes para coleta de sangue;
- d) equipes de coleta;
- e) equipamento para socorro de emergência.

V — recursos para repouso e alimentação de doadores;

VI — armazenamento provisório de sangue com refrigerador com degelo contínuo, regulado para temperatura variando entre 6°C (seis graus centígrados) e 2°C (dois graus centígrados) para conservação do sangue até sua transferência ao Banco de Sangue ou serviço de hemoterapia a que esteja vinculado e para guarda de reagentes classificadores.

Art. 63. A Agência Transfusional deverá contar, nas diferentes divisões que a compoem, com:

I — local destinado ao armazenamento dispondo de:

- a) mobiliário adequado (mesa, cadeira, armário);
- b) refrigerador com degelo contínuo, regulado para temperatura variando entre 6°C (seis graus centígrados) e 2°C (dois graus centígrados) e com sistema de controle para guarda dos frascos de sangue e derivados e de reagentes classificadores;

II — local para seleção do sangue a transfundir, caso se incumba dessa tarefa;

III — sala para aplicação de sangue ou derivados em transfusão, se prevista tal operação em seu recinto, com:

- a) mobiliário adequado (cama, mesa auxiliar, dispositivo para suspensão do recipiente de sangue ou derivados, armário, cadeira);
- b) material para transfusão de sangue e derivados;
- c) medicamentos de emergência para tratamento de eventuais reações trans-

Art. 64. Os Serviços de Hemoterapia, os Bancos de Sangue, as Agências Transfusionalis e os Postos de Coleta de Sangue, manterão fichários rigorosamente atualizados dos doadores, devendo deles constar, obrigatoriamente, no mínimo:

I — identificação, com:

- a) nome completo, com anotação da cédula de identidade — RG — ou de outro documento de identidade equivalente;
- b) idade;
- c) sexo;
- d) cor;
- e) estado civil;
- f) endereço completo;
- g) profissão ou ocupação habitual.

II — exame médico:

- a) peso;
- b) altura;
- c) temperatura;
- d) pressão arterial;
- e) data da última doação de sangue;
- f) quantidade de sangue retirado.

III — provas laboratoriais adequadas para a pesquisa:

- a) do tipo sanguíneo;
- b) do fator Rh;
- c) do nível de hemoglobulina ou volume hematocritico;
- d) de sífilis;
- e) de doença de Chagas;
- f) do vírus de hepatite «B».

Art. 65. Os órgãos executivos da atividade hemoterápica terão livro próprio, com folhas numeradas e com termo de abertura e encerramento pela autoridade sanitária competente e por esta devidamente rubricado, para o registro diário de entrada, saída e destino do sangue coletado, com os seguintes dados obrigatórios:

I — Serviço de Hemoterapia:

- a) data de entrada;
 - b) número do frasco de sangue;
 - c) proveniência do frasco de sangue;
 - d) nome do doador;
 - e) data da retirada do sangue;
 - f) quantidade de sangue retirado;
 - g) resultado das provas laboratoriais para pesquisa:
- 1 — do tipo sanguíneo;
 - 2 — do fator Rh;
 - 3 — do nível de hemoglobulina ou volume hematocritico;
 - 4 — de sífilis;
 - 5 — de doença de Chagas;
 - 6 — de vírus de hepatite «B».

h) data da transfusão;

- i) quantidade de sangue transfundido;
- j) nome do receptor;
- k) ocorrências eventuais resultantes da transfusão;
- l) destino do frasco de sangue utilizado para transfusão;

II — Bancos de Sangue:

- a) data da entrada;
- b) número do frasco de sangue;
- c) proveniência do frasco de sangue
- d) nome do doador;
- e) data da retirada do sangue;
- f) quantidade de sangue retirado;
- g) resultado das provas laboratoriais para pesquisa:
 - 1 — do tipo sanguíneo;
 - 2 — do fator Rh;
 - 3 — do nível de hemoglobulina ou volume hematocritico;
 - 4 — de sífilis;
 - 5 — de doença de Chagas;
 - 6 — do vírus de hepatite «B».
- h) ocorrências eventuais conseqüentes à retirada do sangue;
- i) destino do frasco de sangue utilizado para transfusão;
- j) destino do frasco de sangue não transfundido.

III — Agências Transfusionais:

- a) data de entrada;
- b) número do frasco de sangue;
- c) proveniência do frasco de sangue;
- d) data da transfusão;
- e) quantidade de sangue transfundido;
- f) nome do receptor;
- g) ocorrências eventuais resultantes da transfusão;
- h) destino do frasco de sangue não transfundido.

IV — Posto de Coleta, fixo ou móvel:

- a) data da colheita de sangue;
- b) número do frasco de sangue;
- c) nome do doador;
- d) quantidade de sangue retirado;
- e) resultado das provas laboratoriais para pesquisa:
 - 1 — do tipo sanguíneo;
 - 2 — do fator Rh;
 - 3 — do nível de hemoglobulina ou volume hematocritico;
 - 4 — de sífilis;
 - 5 — de doença de Chagas;
 - 6 — do vírus de hepatite «B».
- f) ocorrências eventuais resultantes da coleta de sangue;
- g) destino do frasco de sangue.

§ 1º O livro de que trata este artigo permanecerá, obrigatoriamente, no órgão executivo de atividade hemoterápica, será assinado diariamente pelo seu responsável técnico ou seu substituto legalmente habilitado e exibido à autoridade sanitária competente, sempre que solicitado.

§ 2º Nos órgãos executivos de atividade hemoterápica que possuírem sistema eletrônico de processamento de dados, o registro em livro próprio com indicações obrigatórias, ao qual se refere este artigo, poderá ser feito em fitas magnéticas, que ficarão arquivadas no estabelecimento à disposição da autoridade sanitária competente, para verificação.

Art. 66. Para a pesquisa de sífilis, de doença de Chagas e do vírus de hepatite «B», é obrigatória a realização, para cada caso no mínimo, de duas reações sorológicas adequadas e diferentes, cujos resultados serão anotados nas fichas e livros próprios, aos quais se referem os artigos anteriores.

Parágrafo único. Deverá ser utilizado o radioimunoensaio para a demonstração do antígeno Au.

Art. 67. Os Serviços de Hemoterapia e os Bancos de Sangue ficam obrigados a manter durante 120 (cento e vinte) dias, à disposição das autoridades sanitárias competentes, para verificação, 5 (cinco) centímetros cúbicos de sangue e/ou derivados, de cada frasco coletado, em recipientes apropriados, hermeticamente fechados e lacrados, devidamente identificados, armazenados em refrigerador dotado de sistema de controle, regulado para temperatura variando entre 6°C (seis graus centígrados) e 2°C (dois graus centígrados).

Art. 68. Os frascos contendo sangue impróprio para transfusão e não destinados à industrialização, permanecerão obrigatoriamente, no respectivo órgão de atividade hemoterápica de origem, à disposição da autoridade sanitária competente, para inutilização e anotação no livro próprio.

Art. 69. As unidades executivas da atividade hemoterápica manterão, à disposição da autoridade sanitária competente, arquivados em fichário próprio, em ordem cronológica e por 5 (cinco) anos, os comprovantes das transações efetuadas.

Art. 70. Os órgãos executivos da atividade hemoterápica procederão, de acordo com sua natureza, exclusivamente:

- I — o Serviço de Hemoterapia à coleta e transfusão de sangue e/ou derivados;
- II — o Banco de Sangue à coleta do sangue e/ou derivados, em sua área física, e, fora desta, à sua transfusão;
- III — a Agência Transfusional à transfusão de sangue e/ou derivados;
- IV — o Posto de Coleta, fixo ou móvel, à coleta de sangue e/ou derivados;

Art. 71. As organizações ou laboratórios devidamente credenciados mediante contrato, aprovado e visado pela autoridade sanitária competente, para a execução de exames sorológicos para órgãos executivos da atividade hemoterápica, de sangue por eles coletado, manterão livro próprio para cada uma dessas entidades com a qual mantêm contrato, para o registro diário:

- I — da data de entrada da amostra do sangue a ser examinado;
- II — do número do frasco da amostra;
- III — dos resultados das provas laboratoriais realizadas para pesquisa:
 - a) do tipo sanguíneo;
 - b) do fator Rh;
 - c) do nível de hemoglobulina ou volume hematocritico;
 - d) de sífilis;
 - e) de doença de Chagas;
 - f) do vírus de hepatite «B».

Parágrafo único. As organizações e laboratórios credenciados aos quais se refere este artigo enviarão, ao órgão sanitário competente, até o dia 10 (dez) de cada mês imediato ao vencido, relação da qual conste nome de cada órgão de atividade hemoterápica para o qual foi feito exame sorológico, com:

- I — o número de exames positivos para sífilis, doença de Chagas e vírus de hepatite «B»;
- II — o número de cada frasco correspondente aos exames positivos;
- III — número total de exames realizados durante o mês vencido.

Art. 72. Toda transfusão de sangue e/ou derivados será precedida de bacteriocópia pré-transfusional do sangue e/ou derivados a ser transfundido, além das provas de compatibilidade próprias da atividade hemoterápica.

Art. 73. Os órgãos de atividade hemoterápica somente poderão funcionar de dois de devidamente licenciados, sob a responsabilidade de médico legalmente habilitado e com termo de responsabilidade assinado perante a autoridade sanitária competente.

Parágrafo único. Esses estabelecimentos só funcionarão com pessoal técnico devidamente habilitado e a presença obrigatória do médico responsável, ou de médico por este indicado sob sua responsabilidade, podendo manter médico responsável substituto, legalmente habilitado, com termo de responsabilidade assinado perante a autoridade sanitária competente, para suprir os casos de ausência ou impedimento do titular.

Art. 74. A licença a que se refere o artigo anterior será renovada anualmente até o dia 31 de março de cada ano.

Art. 75. É obrigatória a afixação da licença, em quadro próprio, e em local bem visível ao público.

Art. 76. Esses estabelecimentos deverão ser mantidos em perfeitas condições de ordem e higiene.

Art. 77. A mudança de local dependerá de licença prévia do órgão sanitário competente e do atendimento das condições exigidas para o licenciamento.

Art. 78. Os profissionais responsáveis pelos órgãos executivos de atividade hemoterápica, quando não forem seus proprietários, deverão apresentar contrato de trabalho no órgão sanitário competente, para anotação.

TÍTULO V

Estabelecimentos de Assistência Odontológica

Art. 79. Os estabelecimentos de assistência odontológica, tais como clínicas dentárias, oficiais ou particulares, clínicas dentárias especializadas e policlínicas dentárias, populares, pronto-socorros odontológicos, institutos odontológicos e congêneres, somente poderão funcionar depois de devidamente licenciados, sob a responsabilidade de cirurgião-dentista, legalmente habilitado e com termo de responsabilidade assinado perante a autoridade sanitária competente, e com pessoal técnico também legalmente habilitado.

Parágrafo único. Esses estabelecimentos só funcionarão com a presença obrigatória do profissional responsável, podendo manter responsável substituto, legalmente habilitado, com termo de responsabilidade assinado perante a autoridade sanitária competente, para suprir os casos de impedimento ou ausência do titular.

Art. 80. A licença dos estabelecimentos a que se refere o artigo anterior será renovada anualmente até o dia 31 de março de cada ano.

Art. 81. É obrigatória a afixação da licença no estabelecimento, em quadro próprio e em lugar visível ao público.

Art. 82. Os estabelecimentos de assistência odontológica, oficiais e particulares, terão livro próprio, com folhas numeradas e com termo de abertura e encerramento pela autoridade sanitária competente e por esta devidamente rubricado, para o registro diário do nome de cada paciente atendido e do profissional que o atendeu, com o número de sua inscrição no Conselho Regional de Odontologia.

§ 1º Quando se tratar de prescrição encaminhada pelo INAMPS ou instituições congêneres, em lugar do endereço e do nome do paciente, poderá ser registrado o número de sua matrícula no INAMPS e a designação do posto de atendimento em que está inscrito.

§ 2º Esse livro permanecerá, obrigatoriamente, no estabelecimento, será assinado diariamente pelo seu responsável técnico ou seu substituto legalmente habilitado, e exibido à autoridade sanitária competente, sempre que solicitado.

Art. 83. Esses estabelecimentos deverão possuir mobiliário adequado, aparelhos, equipamentos, instrumentos, vasilhames, lavatório com água corrente e todos os meios necessários às suas finalidades, a critério da autoridade sanitária competente.

Art. 84. Esses estabelecimentos deverão ser mantidos em perfeitas condições de ordem e higiene.

Art. 85. A mudança de local dependerá de licença prévia do órgão sanitário competente e do atendimento das condições exigidas para o licenciamento.

Art. 86. Os responsáveis por esses estabelecimentos quando não forem os proprietários, deverão apresentar contrato de trabalho no órgão sanitário competente, para anotação.

TÍTULO VI

Laboratórios e Oficinas de Prótese Odontológica

Art. 87. Os laboratórios e oficinas de prótese odontológica, somente poderão funcionar depois de devidamente licenciados sob a responsabilidade de profissional legalmente habilitado e com termo de responsabilidade assinado perante a autoridade sanitária competente.

Parágrafo único. Esses estabelecimentos só funcionarão com a presença obrigatória do profissional responsável, podendo manter responsável substituto, legalmente habilitado, com termo de responsabilidade assinado perante a autoridade sanitária competente, para suprir os casos de impedimento ou ausência do titular.

Art. 88. A licença dos estabelecimentos a que se refere o artigo anterior será renovada anualmente até o dia 31 de março de cada ano.

Art. 89. É obrigatória a afixação da licença no estabelecimento, em quadro próprio e em lugar visível.

Art. 90. Esses estabelecimentos deverão possuir instalações adequadas, aparelhos, equipamentos, instrumentos, vasilhames, e todos os meios necessários às suas finalidades.

Art. 91. O laboratório ou oficina de prótese que não for utilizado exclusivamente pelo cirurgião-dentista, não poderá ter comunicação com o consultório dentário.

Art. 92. Os laboratórios ou oficinas de prótese odontológica deverão ser mantidos em perfeitas condições de ordem e higiene.

Art. 93. Os laboratórios ou oficinas de que trata o artigo anterior, oficiais ou particulares, terão livro próprio, com folhas numeradas e com termo de abertura e encerramento pela autoridade sanitária competente e por esta devidamente rubricado, destinado ao registro diário de todos os trabalhos realizados, indicando, obrigatoriamente, a data, o nome do paciente, seu endereço completo, o nome do cirurgião-dentista requisitante e o endereço de seu consultório ou residência.

§ 1º Quando se tratar de trabalho requisitado pelo INAMPS ou instituições congêneres, em lugar do endereço e do nome do paciente, poderá ser registrado o número de sua matrícula e a designação do posto de atendimento em que está inscrito.

§ 2º Esse livro permanecerá, obrigatoriamente, no laboratório ou oficina, será assinado diariamente pelo seu responsável técnico ou seu substituto legalmente habilitado, e exibido à autoridade sanitária competente, sempre que solicitado.

Art. 94. A mudança de local dependerá de licença prévia do órgão sanitário competente e do atendimento das condições exigidas para o licenciamento.

Art. 95. Os responsáveis pelos estabelecimentos, quando não forem sócios ou proprietários, deverão apresentar contrato de trabalho no órgão sanitário competente para anotação.

TÍTULO VII

Institutos ou Clínicas de Fisioterapia

Art. 96. Os institutos ou clínicas de fisioterapia são aqueles estabelecimentos nos quais são utilizados agentes físicos com finalidade terapêutica, mediante prescrição médica.

§ 1º Esses estabelecimentos somente poderão funcionar após devidamente licenciados, sob a direção e responsabilidade de profissional legalmente habilitado e com termo de responsabilidade assinado perante a autoridade sanitária competente, devendo todo o tratamento prescrito ser executado por pessoal técnico também legalmente habilitado.

§ 2º Os estabelecimentos a que se refere este artigo só funcionarão com a presença obrigatória do profissional responsável, podendo manter profissional responsável substituto, legalmente habilitado, com termo de responsabilidade assinado perante a autoridade sanitária competente, para suprir os casos de ausência ou impedimento do titular.

§ 3º É expressamente vedado o uso da expressão «Fisioterapia» na denominação de qualquer estabelecimento que não preencha as condições deste artigo.

§ 4º Fica estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias para os estabelecimentos do gênero se enquadrarem nas exigências deste artigo.

Art. 97. A licença dos estabelecimentos a que se refere o artigo anterior será renovada anualmente até o dia 31 de março de cada ano.

Art. 98. É obrigatória a afixação da licença no estabelecimento, em quadro próprio e em lugar visível.

Art. 99. Os institutos ou clínicas de fisioterapia, oficiais e particulares, terão livro próprio, com folhas numeradas e com termo de abertura e encerramento pela autoridade sanitária competente e por esta devidamente rubricado, destinado ao registro diário de todos os tratamentos prescritos, e dele constarão, obrigatoriamente, a data, o nome do paciente e seu endereço completo, o nome do médico que prescreveu o tratamento, com o seu número de inscrição no Conselho Regional de Medicina e o seu endereço de consultório ou residência.

§ 1º Quando se tratar de prescrição encaminhada pelo INAMPS ou instituições congêneres, em lugar do endereço e do nome do paciente, poderá ser registrado o número de sua matrícula no INAMPS e a designação do posto de atendimento em que está inscrito.

§ 2º Esse livro permanecerá, obrigatoriamente, no estabelecimento, será assinado diariamente pelo seu responsável técnico ou seu substituto legalmente habilitado, e exibido à autoridade sanitária competente, sempre que solicitado.

Art. 100. Esses estabelecimentos deverão possuir instalações adequadas, aparelhos, utensílios, vasilhames e todos os meios necessários às suas finalidades, pia com água corrente, mesas próprias com tampo e pés de material liso, resistente e impermeável, que não dificultem a higiene e a limpeza, a juízo da autoridade sanitária competente.

Art. 101. Os institutos ou clínicas de fisioterapia deverão ser mantidos em perfeitas condições de ordem e higiene.

Art. 102. A mudança de local dependerá de licença prévia do órgão sanitário competente e do atendimento das condições exigidas para o licenciamento.

Art. 103. Os responsáveis pelos institutos ou clínicas de fisioterapia, quando deles não forem sócios ou proprietários, deverão apresentar contrato de trabalho no órgão sanitário competente, para anotação.

Art. 104. Em todas as placas indicativas, anúncios ou formas de propaganda dos institutos ou clínicas de fisioterapia previstos, deverá ser mencionada com destaque a expressão «Sob Responsabilidade Técnica», com o nome completo do profissional responsável e o seu número de inscrição no respectivo Conselho Regional.

TÍTULO VIII

Institutos e Clínicas de Beleza sob Responsabilidade Médica

Art. 105. Os institutos e as clínicas de beleza, sob responsabilidade médica, são estabelecimentos que se destinam exclusivamente a tratamento com finalidade estética, envolvendo atividades que só podem ser exercidas por profissionais legalmente habilitados.

§ 1º Esses estabelecimentos somente poderão funcionar após devidamente licenciados, sob a direção e responsabilidade técnica de médico legalmente habilitado e com termo de responsabilidade assinado perante a autoridade sanitária competente, devendo todo o tratamento prescrito ser executado por pessoal também legalmente habilitado.

§ 2º Os estabelecimentos a que se refere este artigo só funcionarão com a presença obrigatória do médico responsável, podendo manter médico responsável substituto, legalmente habilitado, com termo de responsabilidade assinado perante a autoridade sanitária competente, para suprir os casos de ausência ou impedimento do titular.

Art. 106. A licença de que trata o artigo anterior, será renovada anualmente até o dia 31 de março de cada ano.

Art. 107. É obrigatória a afixação da licença no estabelecimento, em quadro próprio e em local visível ao público.

Art. 108. Esses estabelecimentos terão livro próprio com folhas numeradas e com termo de abertura e encerramento pela autoridade sanitária competente e por esta devidamente rubricado, destinado ao registro diário das prescrições médicas, indicando, obrigatoriamente, a data, o nome do paciente e seu endereço completo, o nome do médico que prescreveu, com o seu número de inscrição no Conselho Regional de Medicina e seu endereço de consultório ou residência.

Parágrafo único. Esse livro permanecerá, obrigatoriamente, no estabelecimento, será assinado diariamente pelo seu responsável médico ou seu substituto legalmente habilitado e exibido à autoridade sanitária competente, sempre que solicitado.

Art. 109. Esses estabelecimentos deverão possuir mobiliário adequado, aparelhos, vasilhames e todos os meios necessários às suas finalidades, pia com água corrente, mesas próprias, com tampo e pés de material liso, resistente e impermeável que não dificultem a higiene e a limpeza, a juízo da autoridade sanitária competente.

Art. 110. Os institutos ou clínicas de beleza sob responsabilidade médica deverão ser mantidos em perfeitas condições de ordem e higiene.

Art. 111. A mudança de local dependerá de licença prévia do órgão sanitário competente e do atendimento das condições exigidas para o licenciamento.

Art. 112. O responsável médico pelo instituto ou clínica de beleza, quando não for o proprietário, deverá apresentar contrato de trabalho no órgão sanitário competente para anotação.

Art. 113. Em todas as placas indicativas, anúncios ou formas de propaganda dos estabelecimentos de beleza aqui previstos, deverá ser mencionada com destaque a expressão «Sob Responsabilidade Médica», com o nome completo do médico responsável e o seu número de registro no Conselho Regional de Medicina.

TÍTULO IX

Casas de Artigos Cirúrgicos, Ortopédicos, Fisioterápicos e Odontológicos

Art. 114. Os estabelecimentos que comerciam com artigos cirúrgicos, ortopédicos, fisioterápicos e odontológicos só poderão funcionar depois de devidamente licenciados sob a responsabilidade do proprietário ou sócio da firma, que assinará termo de responsabilidade perante a autoridade sanitária competente.

213

Art. 115. A licença dos estabelecimentos a que se refere o artigo anterior, será renovada anualmente até o dia 31 de março de cada ano.

Art. 116. É obrigatória a afixação da licença nos estabelecimentos, em quadro próprio e em local visível ao público.

Art. 117. Esses estabelecimentos deverão ser mantidos em perfeitas condições de ordem e higiene.

Art. 118. A mudança de local dependerá de licença prévia do órgão sanitário competente e do atendimento das condições exigidas para o licenciamento.

TÍTULO X

Bancos de Olhos

Art. 119. Os Bancos de Olhos só poderão funcionar depois de devidamente licenciados, sob a responsabilidade de médico legalmente habilitado e com termo de responsabilidade assinado perante a autoridade sanitária competente.

Parágrafo único. Esses estabelecimentos só funcionarão com a presença obrigatória do médico responsável, podendo manter médico responsável substituto legalmente habilitado, e com termo de responsabilidade assinado perante a autoridade sanitária competente, para suprir os casos de ausência ou impedimento do titular.

Art. 120. Somente aos Bancos de Olhos, que serão obrigatória e exclusivamente instituições filantrópicas, compete:

- I — promover a necessária divulgação e promoção para obter doadores de olhos;
- II — efetuar a renovação dos olhos doados, seu exame, seleção, preparo e distribuição aos médicos solicitantes, especializados na matéria;
- III — preservar os olhos doados;
- IV — ceder os olhos doados para transplante ou pesquisa.

§ 1º Nas localidades onde não houver Bancos de Olhos, as funções às quais se referem os itens I, II e III deste artigo, poderão ser desempenhadas por médico legalmente habilitado local, com autorização expressa, orientação e responsabilidade dos Bancos de Olhos mais próximos, para os quais serão remetidos os olhos removidos.

§ 2º Os Bancos de Olhos poderão, sem caráter de exclusividade, promover a realização de pesquisas e atividades didáticas no setor.

Art. 121. É vedado aos Bancos de Olhos ou aos seus membros e colaboradores o recebimento ou pagamento de quaisquer importâncias ou vantagens, sob qualquer título, para efetuar a retirada e a entrega dos olhos doados.

Art. 122. É vedado aos Bancos de Olhos prestar diretamente assistência médica ou cirúrgica.

Art. 123. A autorização para o funcionamento dos Bancos de Olhos será solicitada à autoridade sanitária competente, pelo médico responsável, em requerimento obrigatoriamente acompanhado dos estatutos dos Bancos de Olhos, devidamente registrado em Cartório, com todos os requisitos previstos nos dispositivos legais vigentes para obras sociais com finalidade filantrópica.

Art. 124. A autoridade sanitária competente autorizará o funcionamento de apenas um Banco de Olhos dentro de uma área geográfica com 50 km de raio.

Art. 125. Os Bancos de Olhos deverão estar providos e preparados 24 (vinte e quatro) horas por dia, com os meios necessários — unidade móvel — para a extração dos órgãos doados e o seu transporte para o Banco, devendo para tanto dispor de:

- I — unidade térmica adequada e portátil, esterilizada, com todos os instrumentos necessários à enucleação do olho doado e a condigna recomposição da cavidade orbitária do doador;
- II — meios de transporte para atendimento;
- III — médico legalmente habilitado, qualificado para o trabalho.

Art. 126. Os laboratórios dos Bancos de Olhos deverão ter no mínimo, obrigatoriamente, os seguintes equipamentos:

- I — lâmpada de fenda;
- II — microscópio oftálmico especular com equipamento para documentação fotográfica;
- III — vidraria e instrumento cirúrgicos específicos para enucleação e separação dos órgãos;
- IV — antibióticos adequados;
- V — aventais, máscaras e gorros cirúrgicos esterilizados;
- VI — refrigerador comum;
- VII — microscópio de laboratório;
- VIII — vidraria e reagentes necessários para testes de compatibilidade tissular;
- IX — câmara com fluxo laminar;
- X — vidraria e reagentes necessários para preservação tissular;
- XI — microscópio cirúrgico;
- XII — estufa;
- XIII — equipamento para cultura.

Art. 127. Os Bancos de Olhos deverão manter quadro de pessoal técnico devidamente qualificado e legalmente habilitado, em número suficiente, para a perfeita execução de suas atividades.

Art. 128. A Unidade Administrativa dos Bancos de Olhos deverá possuir, obrigatoriamente:

- I — telefone exclusivo para o Banco de Olhos, atendendo 24 (vinte e quatro) horas por dia;
- II — arquivo mantido rigorosamente em dia, com os documentos de doação, dos doadores em vida;
- III — livro próprio, com folhas numeradas, com termo de abertura e encerramento pela autoridade sanitária competente e por esta devidamente rubricado, destinado ao registro dos pacientes interessados e seus diagnósticos, e dos respectivos médicos, com os endereços de ambos;
- IV — livro próprio, com folhas numeradas, com termo de abertura e encerramento pela autoridade sanitária competente, para o registro dos pacientes receptores dos olhos enucleados e dos respectivos médicos;
- V — arquivo dos relatórios médico-técnicos referentes aos olhos enucleados de doadores.

Parágrafo único. Os arquivos e livros aos quais se refere este artigo deverão ser mantidos rigorosamente em dia, permanecerão obrigatoriamente nos Bancos de Olhos e serão exibidos à autoridade sanitária competente, sempre que solicitados.

Art. 129. O atendimento dos pacientes para obtenção de olhos nos Bancos de Olhos obedecerá rigorosamente a ordem cronológica de inscrição, no livro próprio, exceto para os casos de emergência, devidamente comprovada.

Art. 130. Os Bancos de Olhos enviarão anualmente, até o dia 31 de março de cada ano, às autoridades sanitárias competentes, a lista dos doadores cujos olhos foram enucleados no ano anterior, juntamente com os nomes dos receptores e dos seus médicos, bem como dos respectivos endereços.

Art. 131. Os Bancos de Olhos atenderão indiscriminadamente às solicitações de olhos, feitas por médicos legalmente habilitados e devidamente qualificados, obedecida a ordem cronológica a que se refere o artigo 129.

Art. 132. Os Bancos de Olhos terão adequada infra-estrutura quanto a serviços de água, esgoto, energia elétrica e sanitários, a critério da autoridade sanitária competente, e serão mantidos em perfeitas condições de ordem e higiene.

Art. 133. A mudança de local dependerá de licença prévia do órgão sanitário competente e do atendimento das condições exigidas para o licenciamento.

Art. 134. A licença de funcionamento dos Bancos de Olhos será renovada, anualmente, até o dia 31 de março de cada ano.

Art. 135. O responsável médico pelo Banco de Olhos deverá apresentar contrato de trabalho no órgão sanitário competente, para anotação.

TÍTULO XI

Banco de Leite Humano

Art. 136. Os Bancos de Leite Humano são estabelecimentos de tipo ambulatório, independentes e que se destinam à coleta, controle e distribuição do leite humano.

§ 1º Esses estabelecimentos somente poderão funcionar após devidamente licenciados, sob a direção técnica de médico, obstetrix ou enfermeira, legalmente habilitados e com termo de responsabilidade assinado perante a autoridade sanitária competente e com pessoal técnico também legalmente habilitado.

§ 2º Os estabelecimentos a que se refere este artigo só funcionarão com a presença obrigatória do profissional responsável, podendo manter profissional substituto, legalmente habilitado, com termo de responsabilidade assinado perante a autoridade sanitária competente, para suprir os casos de ausência ou impedimento do titular.

§ 3º Os Bancos de Leite Humano estarão providos de mobiliário adequado, aparelhos, utensílios, vasilhames e todos os meios necessários às suas finalidades, pia com água corrente, mesas próprias, com tampo e pés de material liso, resistente e impermeável, que facilitem a limpeza e a higiene, a juízo da autoridade sanitária.

§ 4º Quando houver coleta domiciliar, além dos equipamentos portáteis necessários, haverá caixas térmicas para o transporte, protegidas por material liso, resistente e impermeável, de fácil higiene e limpeza, aprovados pela autoridade sanitária.

Art. 137. A licença de que trata o artigo anterior será renovada anualmente até o dia 31 de março de cada ano.

Art. 138. É obrigatória a afixação da licença no estabelecimento, em quadro próprio e em local visível ao público.

Art. 139. Esses estabelecimentos terão livro próprio com folhas numeradas e com termo de abertura e encerramento pela autoridade sanitária competente e por esta devidamente rubricado, destinado ao registro diário das quantidades coletadas, nome e endereço das doadoras, bem como dos receptores, com as respectivas quantidades doadas e dadas.

Parágrafo único. Esse livro permanecerá, obrigatoriamente, no estabelecimento, será assinado diariamente pelo profissional responsável ou seu substituto legal, e será exibido à autoridade sanitária competente, sempre que solicitado.

Art. 140. As nutrízes admitidas serão obrigatoriamente submetidas a exame clínico geral e aos seguintes exames de laboratório:

I — exame de sangue — lues — Chagas — hepatite «B»;

II — exame de escarro — bacterioscópico;

III — Reação de Mantoux;

IX — Rato X torácico amplo, quando indicado.

§ 1º O exame clínico geral será repetido cada 30 (trinta) dias, e os de laboratório quando necessários.

§ 2º Será mantido, obrigatoriamente e à disposição da autoridade sanitária competente, fichário permanentemente atualizado das nutrízes, devendo dele constar os seus nomes, com a idade, local de nascimento e os resultados dos exames clínicos e de laboratório aos quais foram submetidas.

Art. 141. Antes de cada coleta as nutrízes serão submetidas à assepsia ma-

Art. 142. Toda lavagem e esterilização do material necessário às operações do Banco de Leite Humano, serão obrigatoriamente, feitas no próprio Banco.

Art. 143. Os Bancos de Leite Humano deverão ser mantidos em perfeitas condições de ordem e higiene.

Art. 144. A mudança de local dependerá de licença prévia do órgão sanitário competente e do atendimento das condições exigidas para o licenciamento.

Art. 145. Os responsáveis pelos Bancos de Leite Humano, quando deles não forem sócios ou proprietários, deverão apresentar contrato de trabalho no órgão sanitário competente, para anotação.

Art. 146. Em todas as placas indicativas, anúncios ou formas de propaganda dos Bancos de Leite Humano, deverá ser mencionado com destaque o nome completo do responsável, com seu título profissional e o número de registro no Conselho Profissional Regional respectivo.

TÍTULO XII

Estabelecimentos que Industrializem ou Comerciem Lentes Oftálmicas

Art. 147. Os estabelecimentos que industrializem e/ou comerciem lentes oftálmicas, somente poderão funcionar, depois de devidamente licenciados e sob a responsabilidade de um ótico, legalmente habilitado, especializado quando se tratar de lentes de contato, com termo de responsabilidade assinado perante a autoridade sanitária competente.

Parágrafo único. Esses estabelecimentos só funcionarão com a presença obrigatória do ótico responsável, podendo manter ótico responsável substituto, legalmente habilitado e com termo de responsabilidade assinado perante a autoridade sanitária competente, para suprir os casos de impedimento ou ausência do titular.

Art. 148. A licença a que se refere o artigo anterior será renovada anualmente até o dia 31 de março de cada ano.

Art. 149. É obrigatória a afixação da licença, em quadro próprio e em local bem visível ao público.

Art. 150. Esses estabelecimentos deverão possuir mobiliário adequado, aparelhos, equipamentos, instrumentos, vasilhames, pia com água corrente e todos os meios necessários às suas finalidades, a critério da autoridade sanitária competente.

Art. 151. Esses estabelecimentos deverão ser mantidos em perfeitas condições de ordem e higiene.

Art. 152. Os estabelecimentos que comerciem com lentes oftálmicas, terão livro próprio, com folhas numeradas e com termo de abertura e encerramento pela autoridade sanitária competente e por esta devidamente rubricadas, destinado ao registro diário das receitas aviadas, indicando obrigatoriamente, a data, o nome do paciente e seu endereço completo, o nome do médico receitante e o endereço de seu consultório ou residência.

Parágrafo único. Esse livro será assinado diariamente, pelo ótico responsável ou seu substituto legal, permanecerá no estabelecimento e será apresentado à autoridade sanitária competente sempre que solicitado.

Art. 153. A mudança de local dependerá de licença prévia do órgão sanitário competente e do atendimento das condições exigidas no licenciamento.

Art. 154. Os óticos responsáveis, quando não forem proprietários ou sócios dos estabelecimentos, deverão apresentar contrato de trabalho no órgão sanitário competente, para anotação.

DECRETO N. 12.760 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1978

Dispõe sobre alteração da Tabela Explicativa constante do Decreto n. 11.037 (1), de 30 de dezembro de 1977.

(1) Leg. Est., 1977, pág. 699.

DECRETO N. 12.761 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1978

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar nos termos do artigo 6º, da Lei n. 1.491 (1), de 13 de dezembro de 1977.

(1) Leg. Est., 1977, pág. 694.

DECRETO N. 12.762 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1978

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar nos termos do artigo 6º, da Lei n. 1.491 (1), de 13 de dezembro de 1977.

(1) Leg. Est., 1977, pág. 694.

DECRETO N. 12.763 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1978

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar nos termos do artigo 7º, inciso I, da Lei n. 1.491 (1), de 13 de dezembro de 1977.

(1) Leg. Est., 1977, pág. 694.

DECRETO N. 12.764 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1978

Dispõe sobre abertura de crédito especial, nos termos da Lei n. 1.838 (1), de 7 de novembro de 1978.

(1) Leg. Est., 1978, pág. 1.207.

DECRETO N. 12.765 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1978

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar na Caixa Beneficente da Polícia Militar.

DECRETO N. 12.766 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1978

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, imóveis situados no Município e comarca de Araraquara, necessários ao Departamento de Estradas de Rodagem, para construção do Dispositivo de Cruzamento do Acesso da CESP — Centrais Elétricas do Estado de São Paulo à SP-310 no quilômetro 280 + 720,50 m.

DECRETO N. 12.767 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1978

Constitui Grupo de Trabalho com a finalidade de estudar medidas a serem tomadas, destinadas a criar condições de defesa contra o fogo nos Museus do Estado.

DECRETO N. 12.769 — DE 27 DE NOVEMBRO DE 1978

Dispõe sobre ampliação do limite de empenhamento estabelecido pelo Decreto n. 11.007 (1), de 27 de dezembro de 1977, alterado pelo Decreto n. 11.111 (2), de 23 de janeiro de 1978.

(1) Leg. Est., 1977, pág. 675; (2) 1978, pág. 34.

DECRETO N. 12.778 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1978

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar na Universidade de São Paulo.

DECRETO N. 12.770 — DE 27 DE NOVEMBRO DE 1978

Dispõe sobre ampliação do limite de empenhamento estabelecido pelo Decreto n. 11.007 (1), de 27 de dezembro de 1977, alterado pelo Decreto n. 11.111 (2), de 23 de janeiro de 1978.

(1) Leg. Est., 1977, pág. 675; (2) 1978, pág. 34.

DECRETO N. 12.771 — DE 27 DE NOVEMBRO DE 1978

Dispõe sobre ampliação do limite de empenhamento estabelecido pelo artigo 8º, do Decreto n. 11.007 (1), de 27 de dezembro de 1977, alterado pelo Decreto n. 11.111 (2), de 23 de janeiro de 1978.

(1) Leg. Est., 1977, pág. 675; (2) 1978, pág. 34.

DECRETO N. 12.772 — DE 27 DE NOVEMBRO DE 1978

Dispõe sobre ampliação do limite de empenhamento estabelecido pelo artigo 8º, do Decreto n. 11.007 (1), de 27 de dezembro de 1977, alterado pelo Decreto n. 11.111 (2), de 23 de janeiro de 1978.

(1) Leg. Est., 1977, pág. 675; (2) 1978, pág. 34.

DECRETO N. 12.773 — DE 27 DE NOVEMBRO DE 1978

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar nos termos do artigo 6º, da Lei n. 1.491 (1), de 13 de dezembro de 1977.

(1) Leg. Est., 1977, pág. 694.

DECRETO N. 12.774 — DE 27 DE NOVEMBRO DE 1978

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

DECRETO N. 12.479 (1) — DE 18 DE OUTUBRO DE 1978

Aprova Norma Técnica Especial Relativa às Condições de Funcionamento dos Estabelecimentos sob Responsabilidade de Médicos, Dentistas, Farmacêuticos, Químicos e outros titulares de Profissões afins

Retificação («Diário Oficial» de 7 de novembro de 1978)

Na pág. 939, artigo 66, parágrafo único, onde se lê:

Parágrafo único. Deverá ser utilizado o radioimunoensaio para a demonstração do antígeno Au.

Leia-se:

Parágrafo único. No caso de demonstração do antígeno Au, poderá ser utilizada uma única técnica se esta for o radioimunoensaio ou outra de sensibilidade pelo menos igual; quando isto não for possível, serão utilizadas duas reações, uma das quais com grau de sensibilidade pelo menos igual à da reação de hemaglutinação passiva reversa.

Na pág. 939, artigo 72, leia como segue e não como foi publicado:

Art. 72. Será feita, obrigatoriamente, a bacterioscopia pré-transfusional em todo o sangue proveniente de frasco aberto para fracionamento e não utilizado no período de oito horas.

(1) Leg. Est., 1978, pág. 916.

Marluce Pinto luta com os vereadores



A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR)

de empregar outras pessoas em seu estabelecimento comercial.

Acreditamos que o bom senso deva prevalecer em situações como essas. A proposta apresentada pela nobre Senadora Marluce Pinto, compatível com as reivindicações dos proprietários das farmácias, apresenta uma fórmula coerente nessas situações, pois prevê a possibilidade de qualquer auxiliar de farmácia ser reconhecido e responsabilizado pelo estabelecimento comercial, desde que seja portador de diploma de curso profissionalizante em nível de segundo grau, ou que ainda comprove o exercício da atividade pelo prazo mínimo de dez anos, ininterruptamente.

Essa luta, também abraçada por nós, merece receber o beneplácito de importantes entidades representativas no País, razão pela qual

REQUEREMOS, nos termos regimentais, oficie-se às Direções do SEBRAE no Estado de São Paulo e na Baixada Santista encarecendo-lhes a necessidade de apoiar e manifestar sua opinião acerca do Projeto de Lei nº. 4.385/94 da Senadora Marluce Pinto, que dispõe sobre a exigência de permanência de farmacêuticos em horário integral em todas as farmácias e drogarias do País.

SALA MARTIM AFONSO DE SOUZA,
em 29 de fevereiro de 1996.

Regina Ponte do Carmo
Vereadora

Rio Claro regulamenta serviços na farmácia

As farmácias e drogarias da cidade de Rio Claro já podem prestar serviços de medição de pressão arterial e inalação. A Câmara Municipal da cidade aprovou o projeto do vereador Octávio José Chiossi neste sentido e o prefeito, Demerval da Fonseca Nevoeiro Junior, promulgou a Lei no último dia 19 de março.

Esta é mais uma vitória do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos, que há muito vem lutando, em várias localidades, para que a prestação destes serviços possa voltar às farmácias e drogarias. O Sincofarma, através de sua diretoria, vem empenhando esforços para que leis como esta sejam aprovadas em

todas as cidades do Estado de São Paulo.

Como em outras localidades, a Lei de Rio Claro estabelece que as farmácias e drogarias que prestarem serviço de inalação, utilizem material descartável e que este serviço seja prestado somente mediante receita médica com a identificação do produto, dosagens e quantidade de aplicações.

Quanto à tomada de pressão arterial poderá ser realizada somente utilizando-se aparelhos aprovados ou homologados. A Lei nº. 2808 ressalva ainda que a responsabilidade sobre as possíveis consequências advindas da prática de ambos os serviços será de responsabilidade dos proprietários e/ou farmacêuticos devidamente registrados.

A lei aprovada

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO

Estado de São Paulo

LEI Nº. 2808 de 19 de março de 1996

(Projeto de Lei nº. 95/95 de autoria do Vereador Octávio José Chiossi)
(Regula os serviços de inalação e de medição de pressão nas farmácias e drogarias da cidade)

Eu, **DEMerval DA FONSECA NEVOEIRO JUNIOR**, Prefeito do Município de Rio Claro, Estado de São Paulo, usando das atribuições que a Lei me confere, faço saber que a Câmara Municipal de Rio Claro aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º. - As farmácias e drogarias localizadas no município poderão manter serviços de inalação e medição de pressão.

Artigo 2º. - As farmácias e drogarias que prestarem serviços de inalação deverão utilizar material descartável nas nebulizações.

Artigo 3º. - Os serviços de inalação somente poderão ser praticados mediante receita médica dos medicamentos prescritos,

respectivas dosagens e quantidade de aplicações.

Artigo 4º. - Nos serviços de medição de pressão somente poderão ser utilizados aparelhos autorizados, aprovados ou homologados pela autoridade competente.

Artigo 5º. - Os serviços de inalação e de medição de pressão, e as possíveis consequências desenvolvidas da prática dos mesmos, será de responsabilidade dos proprietários e/ou farmacêuticos devidamente registrados.

Artigo 6º. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro, 19 de março de 1996

**DEMerval DA FONSECA
NEVOEIRO JUNIOR**
Prefeito Municipal

Publicada na Prefeitura Municipal de Rio Claro, na mesma data supra.

CÉLIO JOSÉ ESCHER
Secretário Municipal de Administração



FARMALASER

[Handwritten signature]